



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irandi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 37/95

Senhor Presidente.

Curitiba, 05.06.95

Os Deputados que o presente subscrevem, todos membros do Partido dos Trabalhadores nesta egrégia Casa de Leis, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer seja aberto espaço na Sessão do dia 07 de junho de 1995, para pronunciamento de lideranças do Movimento dos

Sem-Terra do Estado do Paraná.

Na oportunidade esclarecemos que diversas lideranças do aludido movimento social estão nesta Capital do Estado promovendo uma manifestação, de cunho nacional, intitulada "Grito da Terra", onde pretendem apresentar suas propostas de reforma agrária e traçar um diagnóstico do campo no Brasil.

Antecipadamente agradecendo por vossa atenção, aproveitamos para enviar nossos respeitosos protestos de estima e admiração.

(a) ANGELO VANHONI

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente INDICA os Deputados do PMDB, para compor a suplência da CPI dos Bingos, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI e RICARDO CHAB.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a colocação na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 90/95.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a inclusão do Projeto de Lei nº 072/95, que autoriza o Poder Executivo a instituir na Rede Estadual de Ensino, a disciplina de Língua Espanhola, conforme especifica, de autoria do Deputado José Maria, tendo em vista que o prazo regimental previsto por requerimento de Regime de Urgência, apresentado anteriormente, encontra-se vencido.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

Apoiamto: Anibal Khury

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER,

após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Rodrigues Borba, ocorrido ontem, dia 04/06/95, em Jandaia do Sul.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva, Senhora Alzira Maria de Jesus e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Maria de Paula, s/n, Jandaia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Gafuri, ocorrido no dia 31 de maio de 1995, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Antonio Gafuri, pioneiro que ajudou o desbravamento do Oeste do Estado, mais particularmente faz parte dos fatos notáveis ocorridos na história do desenvolvimento de Toledo.

Perde Toledo uma das pessoas ilustres, que tanto contribuiu no seu engrandecimento e que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida, firme, decidido, brava gente, honrado e respeitado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se associa à dor da família enlutada e do povo de Toledo, registrando e transmitindo os votos de pesar à viúva, Maria Capelesso Gafuri e filhos, à Rua Sarandi, 165 - 85900-030 - Toledo / PR.

REQUERIMENTO N° 1479

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações à nova diretoria da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Curitiba

- ACOMAC.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Curitiba - ACOMAC, elegeu sua nova diretoria para o biênio 1995/1996. Presidida pelo empresário César Luiz Gonçalves, que foi reeleito, a nova diretoria é integrada por representantes de toda a Região Metropolitana de Curitiba, ampliando a base de sustentação do trabalho que vem sendo realizado pela ACOMAC.

Compõem, ainda, a diretoria: Hélio Balarotti Júnior (1º vice-Presidente); Edson Luiz Soniek (2º vice-Presidente); Beatriz

Correia de Miranda (1ª Secretária); João Herber Dorigo (2º Secretário); Luiz Afonso Baggio (Tesoureiro); Humberto Giogeti, (2º Tesoureiro); Antonio Borges dos Reis (Diretor Social); Romário da Veiga (Diretor Executivo).

Integram o Conselho Deliberativo: João Carlos Seben, Hamilton do Vale Pansolin, Silmar Antônio Fogiato, Divonei Freitas Machado, Neide Terezinha Raksa e Rosaldo Nichele.

Do Conselho Fiscal fazem parte: Milton Susumi Tamura, Segismundo Masureck, Cícero Pedro Mauad Filho, Ércio Luiz Weschenfelder, Lari José Pavan, João Clóvis de Medeiros e Joarez Ângelo Pelanda.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os novos diretores da ACOMAC, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de êxito no próximo biênio.

REQUERIMENTO N° 1481

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações ao alpinista paranaense Waldemar Niclevicz, um dos primeiros brasileiros a conquistar o monte mais alto do mundo, o Pico Everest, na Cordilheira do Himalaia, na Ásia, no último dia 14 de maio.

Que do teor do presente dê-se ciência também aos patrocinadores do alpinista, "O Boticário", "Seguros Paulista" e "Livraria Saraiva".

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Waldemar Niclevicz, ao lado do seu companheiro de expedição Mozart Catão, são os primeiros brasileiros que chegam ao "topo do mundo": o Pico Everest, localizado na Cordilheira do Himalaia, na Ásia, entre o Nepal e o Tibete, e que tem 8.848 metros de altitude.

A conquista tem importância histórica.

Das 349 expedições, somente 540 integrantes delas conseguiram chegar onde Niclevicz chegou. Muitos morreram. De todas as expedições, só 81 foram pela face Norte.

"Não somos nenhum marciano. Não se assuste (voz embargada). Somos só os primeiros brasileiros que chegam ao topo do mundo (choro). Valeu Brasil!". Dessa maneira Waldemar narrou a conquista do Everest. Eram 11 horas e 22 minutos do dia 14 de maio quando, minutos depois, a bandeira do Brasil tremulava pela primeira vez no "teto" do céu (Sagarmatha, como os nepalenses chamam o Everest).

Esta foi a segunda vez que Waldemar tentou a conquista. Da primeira vez, por falha no equipamento de oxigênio, foi obrigado a desistir. Agora, com o patrocínio de "O Boticário", "Seguros Paulista" e "Livrarias Saraiva", conseguiu realizar um sonho de muitos anos.

Pela dedicação, persistência, garra e notório esforço, requeremos à Assembléia Legislativa a consagração do presente voto de congratulações ao alpinista Waldemar Niclevicz, um dos primeiros brasileiros a conquistar o Pico Everest.

REQUERIMENTO N° 1484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de moção de congratulação ao Sargento Manoel Ferreira da Silva, residente à Rua Santa Catarina, 1367, Município de Medianeira, pela sua formatura na Academia Policial Militar do Guatupê, ocorrida neste dia 31 de maio do corrente ano, com os votos de sucesso e felicidades na digna tarefa milicianiana.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Helena Carcerêri e Felício Piekarski, que completaram 58 anos de feliz união conjugal no dia 22 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 58 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a

qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Helena Carcerêri e Felício Piekarski na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Lurdes e Augusto Faust, que completaram 20 anos de feliz união conjugal no dia 24 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 20 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Lurdes e Augusto Faust, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Emília e Francisco da Maya, que completaram 40 anos de feliz união conjugal no dia 22 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 40 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e

nos somamos aos familiares e amigos do casal Emília e Francisco, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Meri e Antonio Vigário, que completaram 37 anos de feliz união conjugal no dia 31 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal João Pedro e Irene Grabowski Pereira, que completou 37 anos de feliz união conjugal em 23 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão signi-

ficativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1519

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Rita e Aparecido Valentim, que completou 43 anos de feliz união conjugal, em 25 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Lauro e Vilmara Krun, que completaram 25 anos de feliz união conjugal no dia 23 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Lauro e Vilmara Krun, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Amélia e João Batista Piceli, que completaram 50 anos de feliz união conjugal no dia 24 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Amélia e João Batista, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Iolanda Vanelli e Luiz Cavalli, que completaram 50 anos de feliz união conjugal no dia 26 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Iolanda e Luiz Cavalli, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Iorlando e Orlanda Muller, que completaram 50 anos de feliz união conjugal no dia 26 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Iorlando e Orlanda Muller, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Nelson e Diva Juglair, que completaram 25 anos de feliz união conjugal no dia 30 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Nelson e Diva Juglair, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que

seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Bento e Jussara Bertão, que completaram 25 anos de feliz união conjugal no dia 30 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Bento e Jussara Bertão, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Izis e Mário Smokovicz, que completaram 50 anos de feliz união conjugal no dia 25 de maio do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Izis e Mário Smokovicz, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal DOLORES E ODAIR ALVES

FRANÇA, que completou 26 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE OPALA, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal IZABEL ROSELI E SILVIO ANTONIO RODRIGUES, que completou 14 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE MARFIM, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal ILDEGARD E EDGAR OCHWOLK, que completou 45 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE SAFIRA, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e

louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal LÍDIA E ANTONIO KLEIN, que completou 32 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE PEROLA, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1523

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal ZENAIDE E VILSON WASSEN, que completou 33 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE PEROLA, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor

no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1524

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal MARINA E IVO GOMES DOS SANTOS, que completou 40 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE RUBI, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1525

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal ROSA E MIGUEL DA ROCHA, que completou 40 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE RUBI, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e

nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado votos de congratulações deste Poder Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Conselheiro Nestor Baptista, pela passagem, neste dia 02 de junho, dos 48 anos daquela instituição.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem uma história a contar. São 48 anos de fiscalização perene da coisa pública, cujos princípios foram pinçados da própria história das Cortes de Contas de todo o mundo. Das contribuições gregas e romanas ao modelo canadense de auditoria moderna, do Tribunal Imperial do Brasil de 1824 ao Tribunal de Contas de 1890, do insigne paranaense Manoel Francisco Correia, filho de Paranaguá e primeiro Presidente do Tribunal de Contas da União, aos ilustres Conselheiros que hoje acompanham a condução daquela instituição, tudo contribuiu para o desenvolvimento de um órgão de fiscalização eficiente e dinâmico - dado o constante aperfeiçoamento das ações - e para a solidificação institucional de um colegiado independente e atuante, como o Tribunal de Contas paranaense.

Dentro de sua competência, o TC tem buscado, por intermédio dos mais diferenciados meios de comunicação, a informação de sua história, na luta incessante e implacável contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações, na pessoa da Presidente, Senhora Vera Beatriz Tomimatsu, pela organização e sucesso do "XXXIV Encontro Estadual das APAE's do Paraná", realizado em Marechal Cândido Rondon.

Desta decisão, requeremos ainda seja dada ciência à APAE de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(aa) CESAR SELEME

ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O "XXXIV Encontro das APAE's do Estado do Paraná" realizado nos dias 26, 27 e 28 de maio, organizado pela APAE de Marechal Cândido Rondon, foi um sucesso.

Contou com a participação de toda a comunidade, demonstrando com isso o respeito do trabalho sério desenvolvido pela APAE daquela cidade, portanto, merecedor desta homenagem.

REQUERIMENTO N° 1509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações ao Prefeito Senhor Ademir Bier e Senhora Roseli Bier e Equipe da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, pelo apoio no "Encontro Estadual das APAE's" em cuja cidade foi realizada nos dias 26 a 28 de maio.

Desta decisão, requer ainda seja dada ciência à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(aa) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Apaeano do Paraná está consolidado em 220 municípios e todos os anos realizam-se encontros para a troca de experiências, capacitação de técnicos e professores, festival de artes para portadores de deficiência mental, cursos administrativos, etc...

Cada encontro acontece em município escolhido pelos Diretores; neste ano a cidade escolhida foi Marechal Cândido Rondon, que contou com a solidariedade da comunidade e total apoio estrutural da Prefeitura e da Primeira Dama, Senhora Roseli Bier.

O sucesso foi total; o Senhor Prefeito se fez presente em todos os momentos, demonstrando ser sensível e estar cumprindo com seu papel, transformando o portador de deficiência de seu município em cidadão sob todos os aspectos, e portanto, merecedor desta homenagem.

REQUERIMENTO N° 1529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG), em nome de seu Presidente, Senhor Rubens Sartori.

A CBTG é a entidade mãe de todos os CTG's do Brasil, cerca de 3000, além de manter relações com a CITG (Confederação Internacional da Tradição Gaúcha), através dos países Uruguai e Argentina.

A Confederação vem realizando um belo trabalho na gestão do Senhor Rubens Sartori (Presidente) e demais membros da Dire-

toria e integrantes dos CTG's espalhados por todo o nosso País.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à CBTG, em nome de seu Presidente, Senhor Rubens Sartori, à Travessa Antonio Sartori, 40 - Jardim Lourdes - Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja envidado votos de congratulações ao Senhor Miguel Francisco Salvador, extensivo a toda a sua Diretoria, pela reeleição à Presidência da Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol - ADCIF, pelos relevantes serviços prestados à frente daquela entidade.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Rádio Cultura, com sede em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Pelos relevantes trabalhos filantrópicos e sociais desenvolvidos pela Rádio Cultura de Guarapuava, em prol da comunidade, contando recentemente com o reconhecimento da sociedade quando alcançou o índice de 45% de audiência, não poderíamos deixar de homenagear esta emissora, a qual tem desempenhado sua missão de informar, esclarecer, com tanta clareza e dignidade.

REQUERIMENTO N° 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Rádio CBN Notícias.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Pelo relevante serviço que a Rádio CBN Notícias vem desenvolvendo em prol da comunicação do Paraná, cumprindo com dignidade e clareza seu verdadeiro objetivo, que é de informar e esclarecer a comunidade, não poderíamos deixar de homenageá-la pelo seu desempenho e objetividade.

REQUERIMENTO N° 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de louvor aos Doutores Benny Camrot, Secretário; José Eduardo Vianna, Presidente; e Carlos Arthur Bonato, Tesoureiro; pelo empenho pessoal e profissional dirigido à criação da Cooperativa Paranaense de Medicina de Tráfego - COMET-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO N° 1513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao órgão estadual competente, solicitação para instalação de Subdivisão Policial, na Cidade de Loanda, Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Subdivisão Policial na Cidade de Loanda, justifica-se pelo fato de que a Cidade comporta hoje uma Subdivisão Policial que atenda também os municípios vizinhos, que são em torno de doze.

A mais próxima Subdivisão encontra-se em Paranavaí, estando portanto, muito distante dos municípios a serem atendidos com a instalação pretendida em Loanda.

REQUERIMENTO N° 1514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado expediente à Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil, em Brasília, solicitando providências que viabilizem a prorrogação de prazo para pagamento em cinco anos, com base na equivalência-produto, dos financiamentos agrícolas contraídos, em especial, por produtores de algodão do Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Os produtores de algodão do Noroeste do Paraná estão sendo penalizados pela crise econômica nacional, e os agricultores estão neste momento vivenciando a grave situação dos financiamentos assumidos com instituições financeiras, e não têm como pagar, devido aos juros altos atrelados à TR, convencionada pelo Governo Federal à agricultura de um modo geral. Os preços de venda estão em baixa, a relação preço-produto está desnivelada em relação ao custo do plantio.

Portanto, a agricultura, salvo raras

exceções, está falindo, e o Paraná é um Estado eminentemente agrícola, dependente dos homens do campo, que devem ter um tratamento diferenciado por parte das autoridades que gerenciam o crédito agrícola em Brasília.

REQUERIMENTO N° 1531

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de Ofício ao Deputado Federal Max Rosenmann (Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70.160-900), propondo a alteração do Código Florestal (Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, art. 16, "a") para que as recomposições das florestas sejam realizadas com laranja, abacate, manga e seringueira.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação de tal projeto no âmbito da Câmara dos Deputados, prende-se ao fato de estar sendo implantada a fruticultura em Paranaíba e região.

Visa o projeto incentivar a rápida consolidação de processo tão importante para o Brasil e Paraná.

O artigo 16 da Lei n° 4.771/65, assim dispõe:

"Art. 16 - As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos arts. 2° e 3° desta Lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte Sul, as derrubadas de florestas nativas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com a cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;"

A pretensão é que as áreas rurais de que trata tal dispositivo tenham suas recomposições exigidas junto aos proprietários e posseiros, permitindo que sejam realizadas com laranja, abacate, manga e seringueira.

Com o reflorestamento destas espécies, estar-se-á propiciando ao produtor o plantio com árvores mercantilizáveis.

Vale ressaltar que hoje, 05 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente, sendo oportuno o presente pedido.

REQUERIMENTO N° 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se-

ja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam asfaltadas as estradas Piúna, ligando o Bairro Bela Vista ao Distrito de Ivaítinga e, Zacharias, ligando o Distrito de Ivaítinga ao Bairro Placa Zacharias, ambas no Município de Nova Esperança, dentro do Programa "Caminhos da Educação".

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) BASTÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido tem como justificativa a importância da pavimentação asfáltica dessas estradas rurais, facilitando o acesso das crianças à escola e favorecendo a produção. A presente escolha está alicerçada em decisão unânime da Câmara de Vereadores do Município de Nova Esperança, em sessão realizada no dia 22 do mês em curso.

REQUERIMENTO N° 1467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da República e ao Ministro do Planejamento, solicitando que não seja incluída na Reforma Constitucional, a extinção da isenção de tributos para as entidades filantrópicas.

Se ocorrer o fim da isenção de tributos, pode haver grandes dificuldades e até mesmo o fechamento de muitos hospitais que não têm fins lucrativos em todo o País, pois os mesmos atendem à população carente.

Em anexo, segue matéria do Jornal e do Diário da Manhã, ambos do Município de Ponta Grossa, que explicam melhor a situação.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Superintendente da FUNDEPAR, Sr. Segismundo Morgenstern, solicitando a possibilidade, para o ano de 1996, da ampliação do prédio da Escola Estadual Professor José Gomes do Amaral, no Município de Ponta Grossa.

Tal solicitação baseia-se na necessidade da continuidade do processo de ampliação do ensino de 5ª a 8ª série, iniciado naquele estabelecimento, neste ano.

Em anexo, segue ofício da Direção da Escola especificando melhor o assunto.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando recursos financeiros para a manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Teixeira Soares, neste Estado, que encontra-se ameaçada de ser fechada.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Teixeira Soares presta assistência a dezenas de crianças e jovens que necessitam de educação especial. Devido a falta de recursos financeiros, a mesma encontra-se em sérias dificuldades sob ameaça de fechamento.

REQUERIMENTO N° 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando providências para a construção de uma sala para o "Clube de Mães" da Comunidade de Rio Baio, do Município de São João do Triunfo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães da Comunidade de Rio Baio, do Município de São João do Triunfo, reúne aproximadamente 180 (cento e oitenta) famílias, que promovem reuniões, cursos, etc. É um espaço de confraternização, aprendizado e troca de experiências que necessita ser valorizado e incentivado.

Atualmente, precisam de um espaço físico para suas reuniões, cursos e guarda de materiais.

REQUERIMENTO N° 1471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Michele Caputo Neto, Mui Digno Diretor Geral da CEMEPAR - Central de Medicamentos do Paraná, solicitando a liberação de medicamentos básicos para atendimento do Colégio da Polícia Militar do Paraná, nesta Capital.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor Major Neuri Pires de Oliveira, Comandante do Colégio da Polícia Militar (Rua Almirante Gonçalves, 1483, Curitiba - CEP 80215-150) e o Senhor Sérgio Gonçalves Lima (Presidente do Sindicato dos Professores (Rua Des. Westphalen,

1927 - Curitiba - CEP 80220-030).

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na necessidade do Colégio contar com medicamentos básicos de uso diário, para eventuais emergências que possam ocorrer no cotidiano de um estabelecimento de ensino com alunos de ambos os sexos, na faixa etária entre dez e vinte anos.

REQUERIMENTO N° 1473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Exma. Senhora Fani Lerner, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do Asilo Santa Rita, do Município de Imbituva.

Essa entidade presta atendimento a cerca de 60 velhinhos, em regime de internato, pobres, desamparados e inválidos do Município de Imbituva e municípios vizinhos, sem distinção de raça, cor, sexo ou religião.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Armando Martinho Mardou Raggio, solicitando a construção de Posto de Saúde na localidade de Bituva das Campinas, Município de Teixeira Soares.

A presente solicitação visa prestar maior atendimento médico à população carente, principalmente àqueles que vivem em locais distantes da sede do município.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Senhor Luiz Otávio Marcondes, solicitando a instalação de 02 (dois) telefones públicos do tipo "orelhão", sendo um na Avenida Paraná, junto à estação rodoviária, e outro na Rua Pernambuco, em frente ao Colégio Casemiro de Abreu.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando uma viatura policial para o Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A situação geográfica do Município de Vila Alta, que faz divisa com o Mato Grosso do Sul e fronteira com o Paraguai, favorece a rota de transporte de drogas e veículos furtados, bem como, o esconderijo de elementos de alta periculosidade, como por exemplo, da quadrilha dos Oliveiras e os assassinos do Chico Mendes.

Por isso, é real a necessidade de uma viatura policial para auxiliar no patrulhamento do município e região, visando o bem estar e a proteção da população trabalhadora do Município de Vila Alta.

REQUERIMENTO N° 1502

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de instalar um bebedouro na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, no Tarumã.

Este bebedouro seria de grande benefício para as crianças, já que as mesmas não têm onde tomar água.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua William Booth, Bairro Boqueirão, os quais solicitam a instalação de um telefone público.

Os moradores reclamam que o único telefone existente fica dentro do mercado São Francisco, e quando o mercado está fechado, os moradores ficam sem telefone.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR,

com relação à implantação de rede de esgoto, na Rua Catarina Margarida Luvizoto Gorda, no bairro Mossunguê.

Neste bairro, somente esta rua ainda não conta com este benefício, e os terrenos não têm mais lugar para as fossas.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com relação à falta de água no Jardim Seccon, em Campina Grande do Sul.

A água vem durante a noite; durante o dia, nunca tem água, o que está causando vários transtornos para os moradores.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1506

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Quatro Barras, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Treze de Maio, Jardim Menino Deus, os quais solicitam manilhamento no esgoto que corre a céu aberto, causando o mau cheiro e a proliferação de moscas e pernilongos.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, atendendo solicitação do Vereador José Eduardo, do Município de Piên, REQUER envio de expediente ao Senhor Luiz Otávio Marcondes - Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público, em frente ao posto policial no Distrito de Trigolândia, Município de Piên - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trigolândia é um distrito que possui uma população estimada em 5.000 (cinco mil) habitantes.

Onde está localizado o posto policial, transitam mais de 2.000 (duas mil) pessoas e não existe sequer um telefone público, havendo necessidade urgente que seja instalado pelo menos um, naquele distrito.

REQUERIMENTO N° 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, solicitando a possibilidade de doação de dois caminhões coletores de lixo, destinados à coleta do lixo reciclável do Município de Telêmaco Borba.

Os caminhões acima solicitados, servirão para dar continuidade ao trabalho de coleta de lixo reciclável, que no ano de 1994 selecionou 326 toneladas, já comercializadas, e a renda sendo destinada a beneficiar famílias carentes, desempregados, menores e demais entidades do Município de Telêmaco Borba.

Em anexo, segue cópia do pedido do Centro de Promoção Humana de Telêmaco Borba, especificando melhor o assunto.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1530

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Deni Schwartz, solicitando a possibilidade de colocação de lombadas na PR-151 e PR-090, na altura do Município de Piraí do Sul.

Tal solicitação se baseia no fato de que vários acidentes ocorreram nesta região, envolvendo principalmente crianças, devido a falta de redutores de velocidade.

Em anexo segue cópia do ofício 039/95, da Câmara Municipal de Piraí do Sul, bem como um abaixo-assinado com mais de 700 assinaturas reivindicando uma solução urgente para este problema.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção de uma creche no bairro Dallegrave, no Município de Irati.

A presente solicitação visa prestar atendimento aos filhos de mães trabalhadoras, que necessitam deixar seus filhos em creche, sob cuidados especializados.

No bairro Dallegrave residem cerca de 50 (cinquenta) famílias. O atendimento abrangerá a população dos bairros vizinhos como Pedreira, Floresta e outros.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes de milho e feijão para a Associação Pró-Agrícola de Mato Queimado, do Município de Irati.

Trata-se de justa reivindicação do Senhor Antonio Geraldo Brandalise, Presidente da Associação Pró-Agrícola de Mato Queimado, e demais integrantes, que contam com nosso total apoio, pois estas sementes serão distribuídas aos pequenos agricultores, carentes, sem condições financeiras para a aquisição destas sementes, e aos que tiveram comprometimento e perdas consideráveis na última safra de feijão.

O nosso objetivo é assegurar a estes pequenos agricultores, a sua permanência no campo, evitando o êxodo rural devido a falta de sementes de boa qualidade para o plantio.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrftig, Secretário de Estado da Educação, e ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de micro-ônibus destinado ao transporte de alunos do Município de Inácio Martins.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador Teodózio Lucavei, à qual somamos nosso apoio, por entendermos as dificuldades que o município vem enfrentando na área de transporte de alunos da zona rural para as escolas da sede do município.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando a reconstrução em caráter urgente da ponte sobre o rio Goioerê, que liga os Municípios de Farol e Araruna.

Em virtude de um acidente, em que um caminhão afundou com a referida ponte, a mesma encontra-se interditada trazendo sérios prejuízos àquelas comunidades.

A ponte serve de ligação do município com a BR-272; é acesso ao entreposto da COAMO e serve para a ligação de transporte escolar.

Urge que a Secretaria tome as providências necessárias em socorro das localidades nominadas, em virtude dos fatos expostos.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministério da Fazenda e da Receita Federal, expondo sobre a cobrança irregular da Contribuição C.N.A. nos talões do ITR, para agricultores que não são empregadores.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A categoria dos Trabalhadores Rurais proprietários em regime de Economia Familiar, reunida em Assembléia Geral, no dia 20/05/1995, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças/PR, aprovou e decidiu não pagar mais a Contribuição Sindical CNA emitida junto aos talões do ITR/94, com base na liminar concedida em Ação Cautelar n° 95.0006389-1, concedida pelo Dr. Alexandre Vidigal de Oliveira, Juiz Federal da 9ª Vara da Justiça Federal, pelos motivos que passam a expor:

Os agricultores aqui reunidos, trabalham na terra em regime de economia familiar sem empregados, de modo que não aceitam o enquadramento sindical efetuado nos talões do ITR/94, como Empregados Rurais, porque simplesmente não são patrões.

O enquadramento sindical de empregador rural por módulo em função dos Decretos Leis n°s 1.146/70; 1.989/82 e 1.166/71, não tem fundamento, pois não é a terra que emprega mão-de-obra, mas as pessoas. Não é porque o agricultor tem mais de 10 (dez) alqueires de terra, ou mais de um módulo, que ele deve, automaticamente, ser enquadrado como empregador, pois ele pode ter apenas 0,5 ha de terra e contratar vários empregados.

Os decretos-leis da época da ditadura estão ultrapassados pelo tempo e pelas leis posteriores, que preconizam um enquadramento sindical teórico que não existe na prática.

É uma inconstitucionalidade flagrante

a forma como está sendo emitida e cobrada esta contribuição sindical rural CNA, nos talões do ITR/94, a começar porque não são os imóveis rurais que devem pagar contribuição sindical, mas as pessoas (indivíduos) que fazem parte das categorias profissionais; como, aliás, é cobrado de quem está enquadrado como trabalhador rural.

Outro exemplo de inconstitucionalidade da cobrança do CNA, é ser cobrada por imóveis e não indivíduos nos casos das áreas de terra em condomínio. Ex: cinco proprietários donos de uma área de terra de 15 alqueires, a área será cadastrada e declarada em nome de um só condômino e como é superior a um módulo rural, o condômino titular será enquadrado como Empregador Rural-II B, e terá de pagar injustamente a contribuição CNA, quando na realidade, são cinco trabalhadores rurais que deveriam pagar cinco contribuições como trabalhadores, cada um individualmente.

O art. 233, da Constituição Federal, deixa claro que empregador rural é quem tem empregados rurais, tendo a obrigação de comprovar de 5 em 5 anos, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas.

Portanto, os agricultores presentes na Assembléia Geral foram desrespeitados, pois declararam que não tinham empregados e, mesmo assim, o órgão arrecadador não levou em consideração, se apegando apenas nos decretos fora da realidade que já foram citados.

A cobrança da Contribuição CNA é incompatível também, com as leis previdenciárias rurais, uma vez que são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que emitem declarações para comprovar a atividade rural dos agricultores em regime de economia familiar, quando os nomes não possuem documentação suficiente, logo, eles estão enquadrados como trabalhadores rurais e não como empregadores.

Da ilegalidade pela bitributação. A FAEP emitiu a Contribuição Confederativa em guias próprias, também por imóveis rurais e agora, a Receita Federal emite outra vez, nos talões do ITR.

Propostas:

1) Os agricultores propõe que o ITR seja recolhido e administrado pelos municípios, já para o exercício de 1995, através de legislação municipal própria;

2) Que a contribuição sindical CNA-CONTAG seja desvinculada imediatamente do ITR e que cada sindicato cobre de sua categoria, estabelecendo-se os seguintes critérios:

a) Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais recolherão a contribuição dos proprietários em regime de economia familiar sem empregados, bem como dos arrendatários, parceiros e meeiros e dos assalariados permanentes e temporários;

b) Os Sindicatos Rurais Patronais, recolherão a contribuição somente dos proprietários que tiverem empregados;

c) Os sindicatos só poderão cobrar contribuição sindical, se aprovada em assembléia municipal de cada categoria, com o quórum previsto no estatuto de cada entidade, mesmo os sindicatos que já tenham feito as assembléias aprovando a contribuição, terão que fazer novamente dado os critérios propostos.

d) O valor a ser cobrado será o que for aprovado na assembléia de cada categoria.

Desta forma, há necessidade de medidas urgentes para a solução dos problemas apresentados, haja vista os tantos outros problemas lançados sobre o agricultor como a complicação ao extremo da aposentadoria do trabalhador rural; como a perda da safra 94/95 de feijão, pelas chuvas, e que os pequenos agricultores não estão encontrando compradores do que sobrou da safra; como o PROAGRO que só deu para cobrir parcialmente, etc.

REQUERIMENTO N° 1544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor José Luiz Portella Pereira, Mui Digno Presidente da FAE - Fundação de Assistência ao Estudante (SAS - Quadra I - Bloco A, Brasília-DF, CEP: 70729-900) solicitando a liberação de um ônibus para o transporte escolar do Município de Tapira.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira (Rua Paranaguã, 518, CEP: 87830-000); os Vereadores José Pinto, Presidente da Câmara Municipal; Luiz Donizete Raimundo; Edmar Epifano de Souza; Pedro Minhco; José França Belarmino e Laura Gomes (Câmara Municipal de Tapira, Rua Paranaguã, s/n, CEP: 87830-000), e o Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando ratificar a reivindicação já formulada pelo Chefe do Executivo e Câmara Municipal de Tapira, reafirmamos a nossa preocupação em oferecer condições de transporte para que todas as crianças daquela municipalidade possam estudar.

São muitas as reclamações por parte dos estudantes, a contar pelo excesso de alunos que são transportados diariamente, colocando em risco esses passageiros pela super lotação e gerando atraso no horário de chegada à escola.

Por outro lado, dadas as limitações orçamentárias, a Administração Municipal não possui condições de suportar tal encargo, havendo deste modo, a real necessidade da colaboração da FAE.

REQUERIMENTO N° 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Eurides Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de um aditivo financeiro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a conclusão do Matadouro Municipal de Tapira.

Do aprovado requer ainda seja comunicado o Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira (Rua Paranaguã, 518, CEP 87830-000); os Vereadores José Pinto, Presidente da Câmara Municipal; Luiz Donizete Raimundo; Edmar Epifano de Souza; Pedro Minhco; José França Belarmino e Laura Gomes (Câmara Municipal de Tapira - Rua Paranaguã s/n, CEP 87830-000) e o Deputado Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta ratifica a solicitação já formulada pelo Prefeito Municipal de Tapira a essa Pasta, protocolada sob n° 2.193.92-0, que objetiva a liberação do aditivo financeiro a fim de possibilitar a conclusão do Matadouro Municipal.

A conclusão desta obra é de suma importância para o município, uma vez que os estabelecimentos que comercializam a carne estão sendo obrigados, por ordem judicial, a percorrer uma distância acima de 70 km para conseguir carne devidamente inspecionada; conseqüentemente, o produto chega ao consumidor tapirense com custo mais elevado.

REQUERIMENTO N° 1555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação de um órgão naquela Secretaria, voltado para a educação infantil, com a função de:

- fiscalizar as condições de atendimento das creches e pré-escolas já existentes, tendo em vista a adequação às exigências da Deliberação n° 34/93 do CEE, tanto no que se refere às instituições públicas quanto particulares;

- fiscalizar o cumprimento da Deliberação n° 34/93 do CEE que define as normas para a educação infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- fiscalizar as empresas no atendimento aos filhos e dependentes de seus empregados em creches e pré-escolas.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) PERICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Deliberação n° 34/93, do Conselho Estadual de Educação, estabelece normas para o funcionamento das creches e pré-escolas, porém necessita de um órgão da Secretaria de Estado da Educação que fiscalize o seu cumprimento.

REQUERIMENTO N° 1515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER seja enviado à Casa Civil, à Secretaria Especial de Política Habitacional e à Secretaria de Estado da Comunicação Social, pedido de informações, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Qual foi o custo, para a construção da primeira Vila Rural, inaugurada recentemente em Apucarana?

2. Quanto foi gasto em propaganda na campanha publicitária para a promoção da Vila Rural, em rádio, televisão e jornais?

3. Quanto foi gasto em passagens, diárias e hotel, no deslocamento das autoridades e técnicos para Apucarana?

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 1534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER informações do Senhor Luiz Antônio Fayet, M.D. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, sobre o total de recursos e doações efetuados pelo BANESTADO CLUBE a quaisquer pessoas e entidades da sociedade civil, bem como órgãos e fundações da administração pública, durante os exercícios de 1993 e 1994.

Requer ainda seja enviada tal resposta com lista completa, discriminando todas as entidades, pessoas e órgãos que receberam recursos e doações por intermédio da entidade citada.

O presente requerimento tem por objetivo esclarecer à sociedade paranaense, os critérios e as formas com que os recursos arrecadados pelo Banco Público do Estado do Paraná são aplicados, em homenagem ao princípio da publicidade e da transparência administrativa, cláusula pétrea constitucional, como reza o art. 37 da

Constituição Federal, consolidada em nosso Estado pelo art. 27 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado à SERLOPAR, através da Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando seja informado a esta augusta Casa de Leis, a legislação na qual se embasou aquela entidade para implantação da Loteria dos Sonhos em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando as seguintes informações e documentos:

1. Últimos concursos realizados pelo TCE;

2. Relação dos aprovados;

3. Cópia do livro com a posse de cada um dos aprovados;

4. Relação nominal dos funcionários, data de admissão, cargos ocupados, vencimentos e gratificações;

5. Relação dos funcionários nomeados nos últimos 05 anos como Consultor Técnico, Advogado, Engenheiro, Economistas, Administradores, Médicos e Oficial de Controle;

6. Comprovação de habilitação de cada uma das funções de nível superior que trata o item anterior; e

7. Folha de pagamento do mês de maio, incluindo todos os funcionários do TCE - concursados e comissionados - suas vantagens e gratificações.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 1556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

1. Número de Escolas da Rede Estadual;

2. Número de Professores agrupado por:

- Regime Jurídico

- Distribuição por nível, no caso de Estatutários

- Por tempo de serviço

- Por disciplina
- Por série
- Por turno
- Por NRE
- 3. Número de funcionários lotados na Rede Estadual;
- 4. Número de alunos
 - Por turno
 - Por série
 - Por NRE
- 5. Número de professores que compõem as funções administrativas e pedagógicas na SEED e nos NRE's;
- 6. Relação de endereços das escolas e NRE's.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) PERICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes deste Legislativo, necessitamos das informações acima para subsidiar os debates e análises dos projetos a ela submetidos.

REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando as seguintes informações:

1. Número de Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado;
2. Número de Professores agrupados por:
 - Regime Jurídico
 - Distribuição por nível, no caso de Estatutários
 - Por tempo de serviço
 - Por IES
3. Número de funcionários lotados nas IES;
4. Número de alunos por IES.
 - Para cada uma das IES:
5. Número de professores agrupados por:
 - Regime Jurídico
 - Distribuição por nível no caso dos Estatutários
 - Por tempo de serviço
 - Por Departamento
 - Pela capacitação (Graduação, Especialização "latu sensu", Doutorado, Pós-Doutorado)
6. Número de funcionários lotados nas IES;
7. Número de alunos:
 - Por curso
 - Por turno
 - Valor das Mensalidades
8. Número de Cursos:
 - Número de vagas oferecidas no Concurso Vestibular
9. Fontes de Receitas e Financiamentos;
10. Relatório de Atividades, se houver.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) PERICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes deste Legislativo, necessitamos das informações acima para subsidiar os debates e análises dos projetos a ela submetidos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 201/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia Especializada da Mulher.

Art. 2° . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava, pólo da região Centro-Oeste paranaense, conta com aproximadamente 160 mil habitantes. Seu crescimento demográfico vem se acentuando ainda mais nos últimos anos, tornando imprescindível a instalação urgente de uma Delegacia da Mulher, aliás, antiga reivindicação daquela comunidade.

É sabido, que atualmente a população feminina tem tido importante participação no mercado de trabalho, empresarial e coletivo.

Nessa conquista de seu espaço, a mulher se depara com uma série de dificuldades, sendo vítima de atos de violência, quer física ou psicológica, exatamente pela não aceitação dessa sua condição independente e igualitária, fato que, infelizmente, uma parcela considerável da população masculina ainda não aprendeu a aceitar.

Assim exposto, e tendo em vista o sucesso com que a Polícia Civil vem desenvolvendo seu trabalho nos municípios já contemplados com Delegacias da Mulher, vemos necessária a instalação de uma unidade em Guarapuava, a fim de garantir à mulher guarapuavana, a defesa de seus direitos constitucionais e ampará-la contra a discriminação e a violência.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 202/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de licitação, relativo à contratação, à execução de obras, compras e serviços, alienação e/ou locação de bens, concessão de serviços

públicos, ou qualquer outro tipo, da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, ficam obrigados a remeter à Assembleia Legislativa cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação desde a publicação do edital, a ata ou termo de minuta de contrato a ser assinado, até a contratação, prorrogação e renovação contratuais.

§ 1º - Ficam, também, obrigados a remeter, ao final do pagamento da licitação, a comprovação do custo final da contratação.

§ 2º - A remessa das cópias integrais e autênticas das peças apontadas no art. 1º, § 1º, deverá ser feita no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da data de realização de cada ato.

Art. 2º - No caso de dispensa, inexigência, parcelamento e/ou retardamento de licitação, os responsáveis pelo seu processamento deverão enviar cópia integral e autêntica dos motivos que levaram a tal procedimento, bem como do consequente contrato, no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias, a partir da realização do ato administrativo.

Art. 3º - Os documentos enviados à Assembleia Legislativa, nos termos do art. 1º, § 1º, e art. 2º serão encaminhados a Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento, para formação de processo relativo a cada uma das licitações que ficarão à disposição de qualquer deputado estadual que deseje consultar e/ou fotocopiar.

Art. 4º - No caso das licitações e/ou dispensa, inexigência, retardamento ou parcelamento a serem feitas pelo Poder Legislativo Estadual, o prazo para remessa, às Comissões, das cópias integrais e autênticas dos procedimentos, bem como o contrato, e demais peças referidas no art. 1º desta lei, é reduzido pela metade, ou seja, de 10 (dez) dias, contados da data de realização de cada ato.

Art. 5º - A Assembleia Legislativa deverá adequar as Comissões de Finanças e Orçamento, tanto em material quanto em pessoal, para cumprimento desta lei, utilizando-se verbas orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(aa) ANGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O projeto em questão visa atualizar a legislação de 05 de setembro de 1986, sob nº 8.358, frente ao novo estatuto federal de licitação, bem como tornar obrigatório, para melhor controle interno e externo deste Poder, a remessa de cópias de procedimentos licitatórios, a que incluem também sua dispensa, inexigibilidade, retardamento e parcelamento, e emissão de contrato.

A proposição foi elaborada de forma a atender futuras modificações no atual estatuto federal, que disciplina a matéria. Assim não vincula ao número da lei da União, mas aos princípios gerais que devem nortear tal legislação. Essa prática elimina constantes atualizações da lei e contribui para a economicidade jurídica-legislativa, além de maior controle técnico e político.

Em suma, tal diploma legal possibilita aos nobres pares desta Casa exercerem com lisura e competência seu papel fiscalizador, atendendo aos princípios essenciais à administração, voltada ao interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 203/95
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Aos diretores de Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, afastados de seus mandatos, e tendo se encerrado o prazo correspondente aos seus respectivos mandatos, é garantido o direito de concorrer às futuras eleições para diretor das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, salvo o caso de condenação criminal e exoneração a bem do serviço público.

Art. 2º - A presente lei se aplica de imediato a todos os diretores em exercício dos cargos ou afastados, sendo assegurado a estes o direito de concorrer às futuras eleições para diretor de escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A presente modificação introduzida por este dispositivo legal visa tão somente adequar tal normativa ao princípio da legalidade penal e administrativa, que institui, dentre outras determinações, a necessidade de reestabelecimento do "status quo ante" caso o acusado administrativo ou criminalmente seja julgado inocente. Busca introduzir, também, o princípio de que, finda a penalidade, readequado estará

o indivíduo para o exercício regular de seus direitos. Relembra a época inquisitorial a perspectiva de invalidação permanente daquele que sofre alguma punição administrativa.

Por outro lado, esta medida também se enquadra ao espírito e às determinações da Constituição Federal de 1988. Aplicado com adequação o princípio da razoabilidade das disposições legais ao texto em questão, entendemos ser o resultado o que se propõe na presente emenda. Busca-se, também, limitações claras ao poder da autoridade da administração pública em punir. Não significa que o exercente do "munus" público não tenha o poder de punir em benefício da coletividade e do interesse público que tal autoridade deva representar; significa, sim, que as situações que ensejem tal atitude devam estar legalmente definidas, bem como limites de punibilidade. É esta a intenção deste projeto de lei.

Pelo exposto, apelamos aos colegas Parlamentares no sentido da aprovação deste projeto de lei, de forma a reavivar a lei que se altera e a democratizar ainda mais as relações entre Administração Pública e órgãos responsáveis pela educação do povo do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 204/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Sérgio Sibel Soares Reis.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Sérgio Sibel Soares Reis é natural do Rio de Janeiro, nascido em 1939. Contudo, viveu parte de sua existência no Estado de São Paulo.

Na década de 60 foi sócio de Empresa de Comunicação, atendendo a nível de presidência, a Volkswagen do Brasil, Nestlé, Ultraões, Moinho Santista, Associação Nacional da Indústria Automobilística - ANFAVEA e outras.

Nesta mesma época, o Sr. Sérgio Reis organizou a primeira Agência de Notícias Econômicas do País - AIE - Agência de Informações Econômicas.

De 1971 a 1973 foi gerente de Propaganda do Banco Bamerindus do Brasil S/A. Neste mesmo grupo, de 1979 a 1994, foi responsável pela Coordenadoria de Marketing e Comunicações. Nesta função foi responsável por campanhas memoráveis de promoção das coisas, causas e gente do Para-

ná.

É de sua criação a campanha publicitária "Bicho do Paraná" que em conjunto com a Rede Paranaense de Televisão, homenageia figuras paranaenses que se destacam nas mais variadas atividades.

Criou e supervisionou o Programa "Gente que Faz", na primeira fase, com histórias de 60 empresários brasileiros na TV Bandeirantes e posteriormente, na Rede Globo, com cidadãos de todas as profissões.

Em Cannes, conquistou para o Brasil o 2° Leão de Ouro, um de Prata e duas menções honrosas no Festival de Filmes Publicitários naquela cidade francesa.

Graças à genialidade deste profissional de relações públicas, o Banco Bamerindus ganhou o Título de Banco de Melhor Premiação no setor bancário de Campanhas Publicitárias nos últimos 20 anos.

Entre muitos dos prêmios alcançados pelo Sr. Sérgio Reis, temos:

- Top de Marketing (ADVB) - Ecologia 94 - "Gente que Faz";
 - Prêmio Opinião Pública 93 - "Gente que Faz";
 - II Prêmio Fenícia de Imprensa 93 - "Gente que Faz";
 - Top de Marketing 93 - BAMERINDUS Seguros;
 - Marketing Best 92 - "Gente que Faz";
- entre muitos outros.

O desenvolvimento econômico, político e cultural de nosso Estado depende de pessoas idealizadoras e apaixonadas pelas causas de nossa gente, como o Sr. Sérgio Reis. Que suas atitudes de amor ao Paraná sirvam de incentivo às novas gerações.

Com este Título aqui outorgado ganha o Paraná, e não apenas o nobre cidadão Sérgio Reis, pois sua nobreza engrandece essa Terra dos Pinheirais.

PROJETO DE LEI N° 205/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do parágrafo único e "caput" do art. 190 da Constituição Estadual.

SEÇÃO I
Dos Objetivos

Art. 2° - O Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

- I - incentivar a formação artística e cultural, mediante:
 - a) concessão de bolsas de estudo, pes-

quiza e trabalho para estudantes, atores, artistas, técnicos e produtores culturais em geral, desde que residentes no Estado a mais de dois anos;

b) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinados à formação artística cultural.

II - incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

b) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fonográfica, videofonográfica e cinematográfica;

c) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e as artes;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados a exposições públicas;

e) instituição e implantação de "bônus-cultural" e outras iniciativas similares;

f) apoio à criação e manutenção de grupos teatrais amadores, existentes ou que venham a ser criados, em entidades da sociedade civil em geral;

g) apoio à reforma e/ou construção de teatros, cinemas, casas de espetáculos e demais equipamentos e instalações culturais, em convênio com órgãos da administração pública e entidade da sociedade civil organizada.

III - preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e artístico do Estado.

IV - dar apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pela Secretaria de Estado da Cultura, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Parágrafo Único - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. O Programa Estadual de Incentivo à Cultura contará com recursos provenientes de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio cultu-

ral, nos termos desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º - Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Estado, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de Certificados Nominais de Incentivo Cultural - CNIC expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

I - para efeitos desta lei entende-se por:

a) Empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná nos termos do parágrafo único do art. 2º da presente lei, diretamente responsável pelo projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

b) Incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido recursos, através de doação, patrocínio ou investimento, para a realização do projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

c) Doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projeto cultural, vedado o uso da publicidade para divulgação deste ato;

d) Patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) Investimento: transferência de recursos ao empreendedor para realização de projetos culturais com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) Certificado de Aprovação: documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo da apreciação e da aprovação projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) Certificado de Incentivo: documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo da autorização para que se efe-

tive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

§ 2º - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo Cultural poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, até o limite de 20% do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 4º - O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo cultural, não podendo ser tais valores inferiores a 1% (hum por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

Art. 5º - Os projetos culturais que visam obter financiamentos com recursos do Programa deverão obedecer as seguintes condições:

I - apresentação dos projetos à Secretaria de Estado da Cultura, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente Lei;

II - comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte devidamente identificada, e que não está inadimplente junto ao Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura e Tribunais de Contas do Estado e da União;

III - aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural;

IV - preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos;

V - realização prioritária dos projetos no Estado do Paraná.

SEÇÃO III

Do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural

Art. 6º - Será instituído, na Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, a ser composto, paritariamente, por membros indicados pelas entidades representativas das áreas culturais e artísticas, com existência legal, por técnicos designados pelas Secretarias de Estado da Cultura e das Finanças, além de um representante do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho, por exercerem funções consideradas de relevante interesse público, não poderão

apresentar projetos com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural terá as seguintes atribuições:

I - supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa;

II - avaliar e aprovar os projetos culturais a serem incentivados;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - expedir quaisquer orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos culturais a serem incentivados.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural encaminhará à Assembléia Legislativa, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos culturais aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados, ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado da Cultura.

SEÇÃO IV - Disposições Finais

Art. 9º - O Secretário de Estado da Cultura designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Programa.

Art. 10 - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) ANGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A produção artística é a expressão cultural mais efetiva de uma sociedade e do seu tempo. A produção cultural, como reveladora e renovador das características mais representativas da sociedade que a concebe, é fator essencial de desenvolvimento, memória e fixação dos relações sociais. Só a humanidade produz Cultura e somente as sociedades humanas pode sonhar e se desenvolver justamente por possuir uma base cultural comum.

Pelos aspectos apresentados, é fácil deduzir que a introdução de políticas de desenvolvimento culturais deve ser tarefa prioritária de quaisquer organismos políticos estatais cujo princípio fundamental é a construção do bem comum. E tal princípio faz parte do corolário que fundamentam a sociedade brasileira, conforme se pode constatar pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, princípios estes que, aliás, ousamos colocar como cláusulas pétreas de nosso ordenamento constitucional, tal a sua relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A constituição estadual buscou revalidar, a nível regional, este posicionamento de princípios, na exata forma do art. 190, bem como seu parágrafo único. Mas dentre outros dispositivos da Constituição Federal citados, merece especial atenção o § 3º do art. 216, que preceitua:

"§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais."

Ou seja, dentro do amplo princípio da responsabilidade do Estado Brasileiro de garantir e preservar as plurais formas de manifestação cultural, acentua-se como objetivo a adição de leis que especificamente protejam e incentivem a "produção e o conhecimento de bens e valores culturais".

Trata-se de responsabilidade objetiva, da qual não pode fugir nenhuma instância federativa.

A presente lei, portanto, tem o específico objetivo de regulamentar a criação de um Programa Estadual de Desenvolvimento Cultural, de forma a regular incentivos e iniciativas do Estado na manutenção e criação de cultura. É instrumento efetivo de gestão de uma Política Cultural, com participação dos setores interessados e sem o atrelamento estatal que, como está historicamente demonstrado, é elemento de desenvolvimento da criatividade.

Pelo exposto, apelamos aos nobres Deputados no sentido da aprovação do presente projeto de lei, sempre no sentido de constituição de uma sociedade cada vez mais organizada e preparada para a difícil tarefa da cidadania plena.

PROJETO DE LEI N° 206/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na Cidade de Iporã-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, sediada na Cidade de Iporã, à Rua Juscelino K. de Oliveira s/n, fundada em 12 de maio de 1964, constitui-se numa entidade particular sem fins lucrativos, sem distinção filosófica, religiosa ou partidária que tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e gestante especialmente.

Há 30 anos a APMI vem prestando relevante serviço assistencial à população carente de Iporã, desenvolvendo programas de apoio, orientação e profissionalização às mães, crianças e adolescentes da periferia da cidade.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho da entidade em favor da comunidade.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6.994/78 que dispõe sobre a matéria.

PROJETO DE LEI N° 207/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC da Cidade de Curitiba, com sede e foro neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A ADAC, Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança, desenvolve um trabalho voltado à educação e saúde visando atender a criança com dificuldades de aprendizagem e sua integração bio-psico social, oferecendo atendimento multidisciplinar de forma integrada.

O atendimento está voltado à pré-escola especial, objetivando integrar a criança no ensino regular; trabalha oferecendo suporte de reforço à criança e à família, visando a integração social.

Objetiva ainda divulgar e orientar a comunidade sobre o atendimento clínico especializado, promovendo palestras, cursos e seminários para equipes multidisciplinares.

A clínica-escola está localizada à Rua Des. Benvindo Valente, 130, Bairro São Francisco, Curitiba, onde atende crianças carentes.

Frente ao exposto entendemos merecedo-

ra da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 208/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte, Fazendinha, com sede e foro no Município de Curitiba-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte, no bairro Fazendinha - Curitiba-PR, é uma entidade que tem procurado desenvolver um trabalho voltado aos moradores da região. Conforme relatório de atividades em anexo, verificamos o esforço desempenhado pela diretoria. Para que o atendimento seja mais amplo, faz-se necessário o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da entidade, motivo pelo qual apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos seja aprovado pelos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o assunto que nos traz à Tribuna nesta tarde diz respeito sobre uma contribuição que está se cobrando dos agricultores, principalmente dos pequenos agricultores do Estado do Paraná, ao nosso ver injusta e indevida.

Gostaria, rapidamente, de relatar o que é que os sindicatos vêm pleiteando junto o Governo Federal para o não pagamento dessa taxa. (Lê):

"A categoria dos trabalhadores rurais, proprietários em regime de economia familiar, reunida a Assembléia Geral, aprovou e decidiu não pagar mais a contribuição sindical C.C.A. emitida junto aos talões do ITR/94, pelos seguintes motivos:

1) Os agricultores trabalham na terra em regime de economia familiar, sem empregados, de modo que não aceitam o enquadramento sindical efetuado nos talões de ITR/94, como empregadores rurais, por que simplesmente não são patrões.

2) Não é porque o agricultor tem mais de 10 alqueires de terra, ou mais de um módulo, que ele deve ser automaticamente enquadrado como empregador, pois, ele pode ter apenas 0,5 ha de terra e contratar vários empregados.

3) É uma vergonha, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e uma inconstitucionalidade flagrante, a forma como está sendo emitida e cobrada esta contribuição sindical rural (C.N.A.), nos talões do ITR, a começar por que não são os imóveis rurais que devem pagar contribuições sindicais, mas as pessoas, ou seja, os indivíduos que fazem parte das categorias profissionais como aliás, é cobrado de quem está enquadrado como trabalhador rural.

4) A contribuição sindical C.N.A. além de ser ilegal, pelos motivos já falados, ainda é, porque na prática está sendo cobrada duas vezes, a FAEP emitiu a contribuição confederativa em guias próprias, agora, a receita federal emite outra vez nos talões do ITR.

E é bom que se diga que no final da semana passada a própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná conseguia liminar junto à Justiça Federal sustando os pagamentos dessa contribuição nacional de agricultura que vem junto ao imposto, do ITR.

O que nos chamou a atenção Senhores Deputados, é que neste final de semana fomos procurados lá em Irati aonde um cidadão, um agricultor nos passou o seu talão do Incra com os seguintes valores: o imposto territorial rural cinco reais e onze centavos e a taxa da Confederação Nacional da Agricultura vinte e quatro reais e quinze centavos. Eu estou encaminhando através de um Requerimento essa solicitação dos Sindicatos da região Centro-Sul do nosso Estado e também da cooperativa nossa, cooperativa regional. Então, desta feita quero deixar registrado essa nossa preocupação e ao mesmo tempo dar encaminhamento aos reclamos e às solicitações da categoria agrícola da região centro-sul do nosso Estado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero comentar a respeito de uma reunião que a gente presenciou no Hospital das Clínicas, até por questão de que a gente como profissional médico, estive lá a convite do Diretor Mário Sérgio, e comentando com o meu colega Deputado Accorsi que iríamos participar, só que na ocasião ele não participou.

O Hospital das Clínicas estiveram presentes, vários Vereadores representantes de Deputados Federais, e estive lá como único Deputado Estadual representando até pela questão de saúde mesmo que a gente tem interesse não só que o Hospital das Clínicas obtenha sempre um crédito sempre a mais, eles estão em sérias dificuldades, e que eles estão atualmente pedindo aos

amigos, que seria essa entidade, amigos do Hospital das Clínicas. E foi feito um estatuto bastante amplo através do advogado Renê Doti que expôs todo esse estatuto, e já falou que dentro dos amigos do Hospital de Clínicas o BAMERINDUS já se prontificou a ser um dos benfeitores.

Essa crise que o hospital está atualmente sofrendo e que os diretores se esforçam muito, esquentam muito a cabeça para ver como seria a melhor forma. É interessante que todos olhem para essas entidades estendendo logicamente a todos os hospitais, todos estão numa séria dificuldade e achar a melhor saída para essa forma de atendimento que é importante. Os programas de saúde sempre existem, mas a gente acha que a maneira de atendimento do hospital sempre é constante, não se modifica, é o último recurso das pessoas, e a gente tem que ver uma maneira de a gente ter essa facilidade de qualquer um de nós ter o acesso nas piores dificuldades, quando a saúde já está bastante comprometida então a gente tem que pensar, olhar para esse lado e dar todo apoio.

Então estive nessa reunião aonde a gente vê o hospital que eu me formei, o hospital de Clínicas, eu me formei e acho que tem uma grande quantidade de médicos que também se formou nesse hospital. A gente pode considerar que é o pai dos hospitais do Paraná. Assim como ele está em dificuldade logicamente todos os demais do Paraná também sofrem a mesma crise, mas não é uma questão estadual, é o SUS realmente que está pagando muito pouco, eu acompanho esses pagamentos, tenho certeza de que é insuficiente o pagamento que vem mensalmente na receita desses Hospitais. E os programas que eles têm, enfim a saúde tem os programas, a gente sabe que sempre se renovam, é atendimento médico-hospitalar que não se muda muito. Apenas a gente sente que regrediu nos últimos anos em qualidade. Tanto que a afluência do pessoal do interior para capital é muito grande porque os serviços hospitalares, em todo nosso Estado, estão deteriorados.

Como hospital escola ele vem oferecendo aprendizado, reciclagem, é uma questão que podemos colocar, o médico, quando se forma, ela sai com uma grande bagagem de conhecimento, com os anos vai perdendo a qualidade no seu atendimento.

Também gostaria de colocar isso, usar estes hospitais escolas para reciclar médicos do interior.

O meu pronunciamento seria este, os Senhores Deputados às vezes querem vagas para seus eleitores também teriam que olhar as dificuldades que vêm sofrendo, não tanto o Hospital de Clínicas, como os demais em todo Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso da Tribuna, nesta tarde, para destacar o Dia Internacional do Meio Ambiente, assunto tão importante para esta geração e para a geração do futuro.

Preocupação com o meio ambiente deve ser uma preocupação constante do cidadão consciente da sua responsabilidade, e o meio ambiente deve ser pensado globalmente, em termos de mundo, mas deve ter uma ação constante em cada localidade, em cada município, em casa estado brasileiro.

Na questão do Meio Ambiente o Estado do Paraná se diferencia no País, exatamente por um exemplo dado por esta Assembléia Legislativa. Aqui neste Plenário foi votada e aprovada uma Lei modelo para o País.

Aliás inúmeros estados brasileiros tentam aprovar uma Lei similar no País. Ainda hoje o Governador de Santa Catarina remete à Assembléia Legislativa uma Lei nos moldes dessa Lei do Paraná.

Aqui no Paraná temos o maior exemplo, como já disse, para o País, porque afinal, são mais de 25 milhões de dólares pagos, todos os meses, para quem preserva o Meio Ambiente. É uma maneira de recompensar os municípios que preservam, dando recursos financeiros a eles, para que eles possam garantir, a qualidade de vida da população.

O Município de Guaraqueçaba, por exemplo, que tem mais de 93% da sua área territorial com uma área de preservação, não tinha, antes da Lei, nenhum recurso que pudesse oferecer uma condição de vida digna àqueles moradores das ilhas, o município não podia oferecer qualquer qualidade de vida à sua população.

O Município de Piraquara, que tem 70% da água que abastece a região metropolitana, que não pode colocar ali nenhuma indústria, não tinha uma compensação financeira.

Mas mais importante que a compensação financeira a Lei traz um estímulo para a preservação do meio ambiente, porque inúmeras áreas, após a Lei, foram criadas exatamente para receber o benefício do ICMS ecológico.

E espero que estes recursos do ICMS ecológico, repassados aos municípios que preservam o verde e a água, sejam recursos que possam ampliar o número de árvores plantadas para que a nossa população do futuro possa respirar o ar puro que respiramos aqui no Paraná e no Brasil.

Espero que os mananciais de abastecimento público de Piraquara e da grande Curitiba possam ser preservados, a fim de que o Estado e a Federação não tenham que

pagar muito mais caro para buscar e captar a água ainda mais longe do que está captando hoje.

Espero que a vontade e a responsabilidade de cada um na preservação do Meio Ambiente seja uma preocupação constante de cada cidadão paranaense.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PERICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Centenas, milhares de trabalhadores rurais estão se dirigindo neste momento para a praça em frente ao Palácio Iguaçu e com certeza a esta Assembléia Legislativa para trazer a pauta de reivindicações relativas ao segundo grito da terra.

No Brasil todo durante este mês, de Norte a Sul de Leste a Oeste os trabalhadores rurais estão se mobilizando para reivindicar uma política agrícola que nos permita permanecer na terra, vivendo com um mínimo de dignidade, de uma Reforma Agrária capaz de alterar a estruturação fundiária do nosso País.

Todos nós sabemos que particularmente a partir do modelo de desenvolvimento econômico implantado em 1.964, aconteceu aquilo que estudiosos chamaram de "A Modernização Conservadora e Autoritária da Agricultura Brasileira".

Modernização, porque é verdade que a penetração de máquinas, insumos agrícolas, fertilizantes, fez com que a produtividade da terra brasileira se elevasse continuamente, elevando-se também a produção de grãos, mas ao mesmo tempo a estrutura de distribuição da propriedade da terra, extremamente concentradora, ao invés de se democratizar com modernização, esta estrutura se aprofunda cada vez mais. Milhões de homens, pequenos produtores, meeiros, parceiros arrendatários perdem suas terras e têm que se dirigir para a periferia da cidade aumentando o cinturão de miséria ou então continuam o ciclo de peregrinação de agricultores brasileiros. Esse ciclo que já foi cantado em prosa e verso.

Um dia em Arapotí, fazendo um trabalho de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, num assentamento de 413 famílias de pequenos produtores que perderam suas terras para a barragem de Itaipu e foram colocadas num terreno completamente ácido, sem nenhum apoio do Governo eu entrava na casa de um agricultor, vendo a sua dificuldade perguntava a ele, se ele não tinha vontade de ir embora de Arapotí e ele dizia que não, porque o seu pai sempre disse, que toda vez, que o agricultor

muda, ele demora oito anos para chegar a situação em que estava, quando se mudou.

Já no século passado, um poeta chamado José Hernandez, argentino, escreveu um livro chamado Martín Fierro, como se pudesse ler intuitivamente a tragédia que se abateria sobre os camponeses no século XX em toda a América Latina.

Martín Fierro é um gaúcho contratado pela Coroa Espanhola para capturar índios que abandonam sua casa, mulher e filhos e um dia descobre que é explorado e abandona também o exército. Mas interessante é que seus filhos abandonados são todos criados por um velho chamado "Velho Viscacha" que é maldoso para os meninos, mas quando fica bêbado começa a dar conselhos. Os conselhos são famosos e toda criança, todo guri argentino de 15 anos de idade sabe de cor os doze conselhos do Velho Viacacha.

Em um desses conselhos ele diz, não ande mudando de cova, assim como faz o rato, conserva-te no rincão em que você iniciou a tua existência, pois vaca que muda de querência se atrasa na aparição.

Esse apego de camponês a terra, demonstra cabalmente que o que faz sair da sua terra é a falta de condições globais de produção. O camponês fica na terra até o último momento possível, quando ele sai é porque não dá mais.

Esse círculo de concentração da propriedade, teve no Paraná e provocou aqui uma verdadeira tragédia agrária. O Paraná que nada mais é do que fruto do trabalho de migrantes, primeiro os migrantes paulistas, baianos, nordestinos que vieram conquistar o Norte do Paraná no plantio da lavoura de café. Mais tarde, os gaúchos, no ciclo da sua resistência, saíram das suas terras do Rio Grande e vieram conquistar o Nordeste de Santa Catarina, Oeste do Paraná e Sudoeste do Paraná desbravando as matas, conseguindo fazer com que a terra se transformasse em terra produtiva. Como não lembrar de vários Deputados que estão aqui da Região Sul do Paraná, essa região maravilhosa banhada, também, pelo Rio Iguaçu, dos migrantes poloneses, ucranianos, russos e alemães que vieram se estabelecer formando uma região de pequena produção agrícola e que hoje está passando por tanto sofrimento.

Pois bem, esse Paraná, na década de 70 a 80 com a modernização conservadora da agricultura perde 1 milhão e 200 mil pessoas em números absolutos. A população do Paraná em 1980 é 1 milhão e 200 mil pessoas a menos do que era a população do Paraná em 1970. De 80 a 90, isso está escrito no próprio programa de Governo Jaime Lerner, o Paraná perdeu, relativamente, mais de 800 mil pessoas. É o aprofundamento da modernização conservadora. Essa modernização se fundamenta num tripé: de um

lado o crédito agrícola para que os agricultores possam comprar as máquinas, os insumos, os fertilizantes. Um crédito que vai ser dirigido, preferencialmente, ao grande proprietário de terra, ao grande fazendeiro e com toda as dificuldades ao pequeno produtor. O crédito é dirigido para o grande proprietário e o médio proprietário, no mínimo, para que possa comprar os tratores, máquinas, equipamentos e fertilizantes produzidos por multinacionais para fechar o ciclo de acumulação no centro do mundo capitalista.

De outro lado a política de preço mínimo dá uma segurança à produção da agricultura, mas também esse preço mínimo vai ser favorável àqueles produtos produzidos pela agricultura capitalista, pela agricultura do grande fazendeiro. É o preço mínimo da agricultura para o pequeno agricultor vai sempre ser colocado lá embaixo. Porque o pequeno sempre vai produzir, por menor que seja o preço. Porque a única coisa que ele tem é o pedaço de chão para ele sobreviver. O dono da grande fazenda não. Ele só produz quando espera rentabilidade. No momento em que não há rentabilidade ou expectativa de rentabilidade, ele retira o capital da terra e investe o capital na indústria ou no setor terciário, gerando milhares e milhões de hectares de terras ociosas no momento de crise na agricultura. Mas o pequeno ele tem que permanecer, porque a única coisa que possui para sobreviver é um pequeno pedaço de chão.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Essa política agrícola levou a que o Brasil fosse um dos países onde houvesse a maior concentração de terras do mundo. Hoje pode-se dizer que 1% dos grandes proprietários das terras brasileiras são donos de quase 50% do total do nosso território.

Para completar esse quadro do 3º elemento da política agrícola conservadora, foi a política de assistência técnica em meio à política não endôgena, mas produzida exogenamente, uma política que desprestigiou, durante todo o tempo o pequeno produtor, uma política que vai incentivar até que a cultura produza cada vez mais, compre máquinas, insumos, de acordo com o padrão de produção, de interesse para o grande capital.

E assim nós estamos hoje nessa situação dramática. O avanço do neoliberalismo, a política agrícola, que, apesar de todos os seus defeitos, ainda dava algum privilégio ao pequeno agricultor, desaparece e nós vivemos, nesse início de período do Governo Fernando Henrique Cardoso, uma nova tragédia agrária. Não pude percorrer todo o Estado do Paraná, mas estive várias vezes em municípios da Região Sul e da re-

gião Centro Sul. Em São João do Triunfo, desde a enchente de janeiro, entre cinco e seis famílias, abandonaram a terra em cada comunidade, multiplicando por 40 comunidades, mais de 240 famílias já abandonaram a lavoura vindo em direção à cidade.

Tivemos a oportunidade de participar de uma manifestação na terra do Deputado Toti Colaço em Irati, com mais de 1.000 pequenos produtores rurais, plantadores de feijão, perderam 70 a 80% da safra e as suas reivindicações, pouquíssimas foram atendidas. Uma das poucas coisas que se conseguiu ao pequeno produtor, foi a compra de míseros 150 sacos de milho, ao preço aviltante, porque ninguém quer comprar e recentemente está se conseguindo que se compre os sacos de feijão do pequeno produtor.

Essa tragédia que acontece no sul e que se espalha pelo Paraná todo, provavelmente no sudoeste, que ainda é um refúgio do pequeno produtor, tal a tradição agrícola que tem, os descendentes de gaúchos para lá se dirigiram, não terá fim se radicalmente não for alterada a política agrícola do nosso país.

Em muitas cidades, os lavradores, alguns que até têm pouca tecnologia, colocam tudo a venda, os tratores, as criações, a casa que construíram com tanto sacrifício e é por esses motivos que, cansados de esperar por uma política agrícola que nunca vem em seu benefício, os trabalhadores rurais do Brasil inteiro, se congregam nesse segundo grito da terra e vêm aqui, frente a esta Assembléia, para que possamos ouvir as suas reivindicações.

Passo a ler nesse momento, o documento que nos foi entregue e será entregue a todas as autoridades constituídas do nosso Estado, na expectativa de que alguma coisa seja feita.

O modelo de desenvolvimento rural brasileiro é excludente para a maior parcela da população do campo, que são os trabalhadores rurais representados em toda a sua diversidade: pequenos agricultores, parceiros, meeiros, arrendatários, assalariados, extrativistas, sem terra, pescadores, povos indígenas, etc.

Prova disto, é a absurda concentração fundiária existente, são 4,8 milhões de estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares (82,5% do total), ocupando uma área equivalente a 13,2% da área agricultável do país. Por outro lado, são 50 mil estabelecimentos com mais de 1000 ha (0,86% do total) que ocupam a área equivalente a 43,8% do total.

Consequência desta injusta distribuição fundiária são os alarmantes índices de violência e impunidade contra os trabalhadores rurais brasileiros. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1994,

ocorreram 485 conflitos no campo, envolvendo mais de 300 mil pessoas e 47 assassinatos.

Dos 36 milhões de habitantes da área rural, 73% têm renda inferior a um salário mínimo, o que coloca o Brasil na sexta pior distribuição de renda do mundo. Segundo dados do IBGE, em 1990, a população economicamente ativa no campo somava mais de 16 milhões de pessoas, das quais 32,3% recebiam até um salário mínimo e 24,3% não tinham qualquer rendimento. Dos 5,2 milhões de assalariados rurais, somente 22,9% têm carteira assinada.

A política do Governo Fernando Henrique Cardoso tem mantido a mesma lógica de exclusão destes segmentos sociais do desenvolvimento rural brasileiro. As reformas constitucionais propostas pelo atual Governo são contrárias aos interesses dos povos do campo, principalmente na perda dos direitos dos trabalhadores rurais na questão previdenciária e a quebra dos monopólios da economia brasileira. Além disso, não prioriza os pontos essenciais como as reformas tributária e fiscal, necessárias para o início do processo de distribuição de renda.

Da mesma forma, o atual Governo não prioriza os trabalhadores rurais em suas políticas públicas para o campo. O interlocutor do Governo Federal para a questão agrícola tem sido a "bancada ruralista" que representa os interesses da minoria privilegiada na agricultura brasileira. Na questão da reforma agrária, o Governo indica que sequer cumprirá suas limitadas metas.

Esta situação não pode continuar. As Entidades Representativas dos Trabalhadores Rurais Brasileiros: CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura; CUT - Central Única dos Trabalhadores; MST - Movimento dos Sem Terra; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; CNS - Conselho Nacional de Seringueiros; MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores; CAPOIB - Articulação dos Povos Indígenas e Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais - organizam o Grito da Terra Brasil 1995, a se realizar no período de 5 a 16 de junho, e que mobilizará milhares de trabalhadores rurais no Brasil.

A sociedade brasileira e os Poderes Públicos Oficiais Federais, Estaduais e Municipais necessitam compreender que a forma mais eficiente para inverter o quadro social de fome, violência, analfabetismo e outros é priorizar a atuação das Políticas Públicas para o campo na democratização do acesso à terra; a Política Agrícola Diferenciada para a Agricultura Familiar, A garantia dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais; os

direitos trabalhistas e a demarcação das terras indígenas, entre outros.

Neste sentido, estamos apresentando à sociedade brasileira, Governos Federal e Estaduais e ao Congresso Nacional, nossa Pauta de Reivindicações, que apresenta propostas concretas para a solução dos problemas do campo. Esperamos a imediata abertura do processo de negociação.

Brasília, 24 de maio de 1995.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são várias as reivindicações estabelecidas pelos agricultores nesse segundo grito da terra.

Inicialmente nós vamos relatar as reivindicações feitas ao Governo do Estado que segue basicamente o plano de política agrícola do Governo Jaime Lerner, fazendo alguns questionamentos e várias reivindicações.

Em primeiro lugar as entidades que compõem o segundo grito da terra pedem que seja especificada com maior profundidade a questão da definição do pequeno agricultor segundo a lei agrícola do Estado. Querem um complemento dessa definição propondo que o pequeno agricultor é aquele que possui renda bruta anual não superior ao valor equivalente a 5 mil sacos de milho, considerados pelo preço médio mensal levantado pela Secretaria da Agricultura. A receita de suínos, aves de corte, pecuária de leite sericultura ou olericultura e pesca serão considerados pela metade, 50% da composição da renda bruta para efeito de enquadramento.

A segunda reivindicação diz respeito a destinação dos programas na Secretaria de Agricultura do Paraná. Que os programas da Secretaria destinem no mínimo 50% de seus recursos para atendimento aos pequenos agricultores com exceção dos programas das pequenas propriedades, das vilas rurais, que são exclusivos, respectivamente aos pequenos agricultores dessas áreas rurais. Pedem ainda que o programa da pequena propriedade seja o que possui maior volume de recursos e disponibilidade de pessoal por parte da Secretaria.

Percebemos na verdade que os agricultores vem reivindicar ao Governo Lerner. Não trazem aqui uma crítica ao Governo, mas uma reivindicação. Infelizmente até agora nós podemos dizer que muito pouco o governo Lerner fez ao pequeno produtor, muito pouco mesmo. Tivemos várias audiências com o Secretário da Agricultura, numa dessas audiências acompanhados por lideranças rurais da Região Sul do Paraná, noutra delas por Prefeito da Região Sul e infelizmente todas as reivindicações nenhuma delas foi atendida.

Mas nós entendemos que por se tratar de começo de Governo temos a expectativa

de que o Governo Jaime Lerner cumpra efetivamente aquilo que está colocado no seu programa de uma política agrícola voltada ao pequeno produtor rural.

A terceira reivindicação diz respeito a participação dos pequenos produtores na definição da política agrícola do crédito rural. Nós sabemos que muitas vezes a burocracia impede que o crédito seja fornecido ao pequeno produtor. Uma exigência enorme de aval, de documentos, que dificulta de todas as maneiras que o Banco acabe oferecendo crédito pequeno.

Como 4.ª reivindicação: as entidades representativas analisam os programas da pequena propriedade de crédito rural e solicitam que seja destinado prioritariamente ao investimento agrícola nos limites de dois mil sacos de milho por produtor e quinze mil sacos por coletivo, obedecendo aos dois mil por pessoa. Garantia.. (Passa a ler, xerox em anexo).

4. QUANTO AOS PROGRAMAS:

4.1. Programa da Pequena Propriedade - Crédito Rural:

- Que seja destinado prioritariamente ao investimento agrícola, nos limites de 2.000 sacas/milho por produtor e 15.000 sacas por coletivo (obedecendo aos 2.000/pessoa)

- Garantia da opção da Equivalência produto com referência aos preços de mercado do milho, para tal que se utilize o Índice Médio de Preços Recebidos pelos agricultores (IPR) realizado semanalmente pela SEAB.

- Juros anuais não superiores a 4% ao ano (iguais condições ao PROVAPE- Programa de Valorização da Pequena Propriedade).

- Prazo de pagamento de 5 a 7 anos conforme o investimento.

- Desburocratização no acesso ao crédito permitindo que arrendatários, parceiros, assentados e proprietários tenham acesso de forma individual ou coletiva. O cadastro do produtor deve ser simplificado, sendo exigido apenas os seguintes documentos: identidade pessoal do beneficiário; atestado de idoneidade e comprobatório da condição de produtor e documento da posse ou uso da terra. Todos estes documentos poderão ser fornecidos pelo STR com o referendo, se este houver do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

- Que também possibilite o custeio agregado ao crédito de investimento, na implantação do investimento, no limite de 500 sacas/milho por produtor.

- Que atenda no ano de 1995, e demais até 1998 os 20.000 pequenos agricultores programados, garantindo recursos na ordem de R\$ 60 milhões para tal e os recursos do FDE necessários para Equalização dos juros

da equivalência-produto.

- Quanto às garantias que se proíba, conforme determina Constituição Federal, a Hipoteca da Pequena Propriedade.

4.2. Fomento aos Pequenos Agricultores Programa do Calcário:

- Continuidade do Programa em 1995 e demais anos com subsídio total sobre o custo de exploração do calcário.

- Ampliação das 500.000 toneladas liberadas em 1994 para 1 milhão de toneladas.

- Atendimento exclusivo dos pequenos agricultores, mesmo os que foram beneficiados ano passado como outros. Com aquisição individual ou comunitária (associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais ou Prefeituras).

- Ampliação do prazo de inscrição até meados de Junho.

4.3. Implantação da Reconversão Produtiva dos Pequenos Agricultores do Paraná, frente ao MERCOSUL.

- Que a SEAB apresente, até o final de 1995, um Diagnóstico sobre o Impacto do Mercosul na Produção Agropecuária Paranaense, em especial o setor da Pequena Produção.

O mesmo deverá ser submetido ao Fórum da Pequena Produção que discute questões referentes ao Mercosul.

Com este diagnóstico, a partir de 1996, a SEAB deve inserir dentro de seus

Programas, linhas de ação subsidiadas para reconversão produtiva dos agricultores familiares.

4.4. Implementação de um Programa de Crédito Fundiário direcionado a jovens trabalhadores rurais.

5. ASSISTENCIA TECNICA:

- Garantia do atual quadro funcional da EMATER, não permitindo a sua diminuição. Que a EMATER atenda exclusivamente os pequenos agricultores.

- Estabelecimento de convênios da SEAB e Associações, Cooperativas, exclusivas de pequenos Agricultores, (Organizações do Tipo I, conforme classificação proposta) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) para contratação de técnicos de nível médio e superior. O Estado fornece os recursos necessários para contratação dos técnicos e as organizações definem os técnicos e a orientação das atividades.

- Que a programação das atividades e prioridades da EMATER, nas regionais e mu-

nicípios sejam submetidas à aprovação dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento Rural.

6. PESQUISA

- Que a linha de pesquisa em relação a agricultura familiar seja prioritária dentro do IAPAR, priorizando assim, o Setor de Sistemas de Produção dentro da Instituição e desenvolvendo ampla difusão de tecnologias adaptadas à pequena propriedade.

Estas são, Senhor Presidente, Senhores Deputados as principais reivindicações no que diz respeito à política agrícola ao Governo do Estado do Paraná.

No que se refere aqueles lavradores atingidos por barragens, com relação ao Salto Caxias: (Lê):

ATINGIDOS POR BARRAGENS

SALTO CAXIAS

1. Cumprimento de todos os acordos dentro dos prazos pré-estabelecidos entre COPEL e atingidos.

2. Critérios favoráveis para que todas as famílias cadastradas que assinaram o termo de opção possam ir para o projeto de reassentamento.

3. A CRAB (Confederação Regional dos Atingidos por Barragens) possa gerenciar um projeto de reassentamento na sua execução.

4. Assistência Técnica e Social indicada pelos reassentados.

5. Opção de reassentamento para quem tem mais de 5 alqueires.

6. Opção de mudança de reassentamento a quem pediu carta de crédito.

7. Participação da população em todas as etapas e decisões do projeto elaboração de estatutos.

8. Pagamento dos 100 m de reserva do lago.

SALTO SEGREDO

1. Renovação do Estatuto

2. Reavaliar e cumprir todas as pendências do projeto.

3. Reassentar as famílias que ainda não foram reassentadas e que ainda estão na margem do lago.

No que diz respeito a Reforma Agrária, esta bandeira tão desprestigiada pela mídia nesse combate, tão duro, basta dizer que o Plano Nacional da Reforma Agrária foi um fracasso e uma farsa! Toda vez que se tenta organizar uma reforma agrária no Brasil os setores mais retrógrados da Agricultura brasileira se unem para que a reforma agrária seja realizada e com isso impedir o INCRA e o atual Governo do nosso País muito pouco fala em reforma agrária.

REFORMA AGRÁRIA

I - DE COMPETÊNCIA DO INCRA

1. Solução definitiva para as áreas ocupadas por famílias sem-terra:

FAZENDA	MUNICÍPIO	AREA	FAMÍLIAS	DECRETO
Pontal do Tigre	Querência do Norte	10.596	322	95.784/88
São Joaquim	Teixeira Soares	2.835	104	Revogado
Anoni	Marmeleiro	3.225	630	Revogado
Formiga	Ibema	1.000	98	Faixa Fronteira
Formiga	Ibema	834	50	Faixa Fronteira
Papa-gaios	Inácio Martins	1.875	109	98.084/89
TOTAL		20.471	1.313	

2. Que o INCRA se limita na posse das áreas já com Decreto Desapropriatório no Estado do Paraná.

FAZENDA	MUNICÍPIO	AREA	FAM.PROCESSO	DECRETO
Ingã	Alvorada			
	do Sul	1.060	70	95
Lagoa	Honório			
	Serpa	1.300	71 SR.5881/79	95
Fax.dos	Inácio			
Rodri-	Martins			
gues		900	23	95
Rincão	Canta-			
do Bicho	Galo	296	13	
IV				
Estrela	Orti-			933133/
Q.9	gueira	409	- SR.1298/86	86
Santa	Manguei-			97843/
Rosa	rinha	516	- PFI1065/86	89
Bom	Laranjei-			93013/
Pastor	ras do Sul	1.114	- DR3921/85	85
Núcleos	Coronel			97851/
Jacutinga	Vívida	179	- PFI 720/87	87
Chapadão	Laranjal	3.383	180 SR 2410/94	94
Eterpater	Cantagalo	2.881	133	93
Sinha				
Ana	Reserva	726	33	94
Santa	Pres.Cas-			
Ruth	telo Branco	197	16 SR 0098/94	94
Flores				
Lara	Barracão	319	12 CRI17684/74	73811/ 84
Rincão do Canta-				
Bicho	galo	219	15 PFP 356/58	94

Rincão do Canta-				
Bicho II galo	296	12 SR2474/93	94	
Boesa				
Canta				
galo	1.003	56		
Três				
Lagoas	Castro	455	23	94
Bela				
Vista	Ventania	327	32	94
Recanto	Nova			
Estrêla	Laranjeiras	1.611	38	95
Juquiã	Canta-			
de Cima	galo	514		94
Mascote	Itaguapé	325	SR 1915/94	95
Cavaco	Canta-			
galinho		454	SR 2409/93	
Caiçara	Reserva	434	SR.10997/94	95
Saudade	Sta Izabel			
do Ivaí		1.022	SR.3346/94	95
Poron-	Querência			
gaba I	do Norte	2.296	SR 3131/94	95
Monte	Querência			
Azul	do Norte	556	SR.3119/94	95
Fazenda				
Marçal				
(Exército)				

3. Liberação de 30 milhões de recursos do PROCERA para atender os assentados.

4. Descentralização de recursos na quantidade apresentada da proposta estrateto para a P.O. 1995.

5. Descentralização Imediata de 500 mil reais para o Programa de Capacitação dos Assentados.

6. Dar solução definitiva para os projetos de Assentamentos Estaduais terem acesso a todos os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária (tais como) crédito, fomento, habitação, alimentação, centro e armazéns comunitários).

7. Liberação de R\$ 9.252.000,00 para atender os Projetos Técnicos de Investimentos das áreas de assentamentos do PR entregue ao INCRA Nacional em audiência, realizada em 28.04.95, com MST.

II DE COMPETENCIA DO GOVERNO DO ESTADO-PR

a) Para IAP - SEMA

Destinação das áreas de domínio do Estado para Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Fazenda Terplan	Prudentópolis
Fazenda Zeca Martins	Castro
Fazenda N.S. Aparecida	Tibagi

b. Para Secretaria da Agricultura

- Liberação de R\$ 5.088.121,28 de crédito emergencial, para atender as 36 áreas em Processo de Legalização.

- Alocação no Programa de Apoio de Assentamentos da SEAB, o valor de R\$ 13 milhões para apoiar atividades produtivas nos assentamentos rurais como: correção e conservação de solo, aquisição de máquinas e equipamentos comunitários, implantação de unidades agroindustriais, comercialização da produção, construção de armazéns comunitários, através de associações e cooperativas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, são essas as principais reivindicações apresentadas pelo Grito da Terra e nós, em nome do PT queremos dizer que manifestamos a nossa irrestrita solidariedade a todas as formas de organização dos camponeses, particularmente Segundo Grito da Terra, porque entendemos a justiça das suas reivindicações e os gabinetes de nosso partido estão de portas abertas para os lavradores para que se organizem cada vez mais e solicitamos ao governo do Estado que cumpra efetivamente o seu programa de governo.

Muito obrigado.

O SR. 2º SECRETARIO (Luiz Carlos Alborghetti) - O Presidente deste Parlamento, Deputado Anibal Khury, comunica a Casa que em nome do Deputado Eduardo Trevisan está presente entre nós, o Presidente da Câmara Municipal de Nova Fátima, Vereador Noel Fagundes e em nome do Deputado Élio Rush estão presentes neste parlamento os Vereadores de São Pedro do Iguaçu, Dércio Hoffmann, Ingo Midding e Arlindo Baccin, e também o Presidente do PDT, Francisco Dantas, e em nome do Presidente Anibal Khury, sejam bem-vindos a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças, com a palavra o PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta tarde, muitos de nós não nos concentramos no pronunciamento do Deputado que nos antecedeu, no entanto, estamos vivendo um momento dramático na vida desta Nação.

Ouvi colocações neste Plenário em dias passados de que a agricultura brasileira é a maior indústria céu-aberto do nosso País.

Nos momentos de crise nacional, nas suas mais variadas facetas sempre foi a agricultura a responsável, primeiro pelo abastecimento interno da Nação, segundo pelos parcos recursos de superávit de balança brasileira através de produtos que produzimos e exportamos e vive hoje indiscutivelmente a agricultura um problema seriíssimo, principalmente o pequeno e médio agricultor.

Esta Casa não pode passar despercebido o fato de que nesse instante, 1.500, 2.000, 3.000 pequenos produtores, concen-

trados em Curitiba, clamam pelo direito de reproduzir.

A forma de condução desses movimentos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pode ser contestada por uns e aplaudida por outros.

A agressividade ou não do movimento pode ser entendida por uns e contestada por outros. As lideranças que comandam os movimentos podem ser contestadas por uns e aplaudidas por outros, mas uma verdade tem que ser analisada por todos: há um problema na agricultura brasileira e necessita ser solucionado.

Não é possível que se continue nessa Nação a falar sobre investimentos de industrialização, a se falar sobre organização de cidades, a se falar sobre saneamento, sobre escolas, em centros urbanizados, enquanto não tivermos uma política agrícola capaz de estancar a saída do pequeno agricultor da sua lavoura e inchar as grandes cidades. Nós estamos deixando de investir no campo e gastando uma ou duas vezes mais, para formar infraestrutura urbana para receber, em condições de vida precárias, os pequenos produtores do nosso Estado e do nosso País.

É hora de pensarmos, Senhor Presidente, com muita segurança, firmeza sobre esse problema.

O País que já tem dificuldade em competir na industrialização com países de fora, tem a sua essência e vocação na agricultura.

Se esse país não produzir na agricultura, nada vai segurar o homem no campo. Não é por causa de uma quadra de esporte, não por causa de um calçamento de pedra irregular, não é por causa de um pavilhão na agricultura, lá no distrito que produz, que se segura o homem na terra.

O homem é segurado na terra pela valorização de sua profissão, pelo preço do seu produto e pelo financiamento de sua safra. Via de regra, ano após ano, o que se enxerga nessa nação, é que discursos, leis, matéria de televisão, de jornal, falam de liberação de recursos para a agricultura, mas quando o agricultor vai ao Banco, o crédito não está lá para ele pois seu financiamento é nós não podemos caminhar para trás.

Aproveito Senhor Presidente, para chamar a atenção do próprio Governo do Paraná, da importância que teve e certamente tem, a continuidade no nosso Estado, de um programa como o programa "panela cheia", onde pelo menos, o pequeno, o mini e o médio produtor, escapando da burocracia ou da liberação de recursos federais, sempre escassos e fora de prazo, poderia e tinha pelo menos, uma porta a mais para bater, para poder produzir e para poder colher.

É muito sério o que estamos vivendo.

Nada vai fazer com que se fixe o homem no campo se nós não tivermos uma política agrícola que beneficie o pequeno produtor. Por que o pequeno produtor, Deputado Rossoni? Porque o grande produtor, pelo volume dos seus financiamentos, do seu capital, dos seus bens, ele tem possibilidade de um acesso mais direto e porque o grande produtor, embora não negue de que seja talvez o responsável por grandes áreas de plantio, com tecnologia, não é componente maior do agricultor brasileiro. No pequeno, no mini, no médio produtor do nosso país e do nosso Estado, é onde se concentra a maior quantidade de seres humanos que trabalham a agricultura, de famílias que produzem para o nosso Estado. Veja, esses pequenos e médios produtores são os responsáveis pelo plantio de produto de subsistência. É muito raro encontrar uma grande propriedade, que plante na grande propriedade, feijão. É uma plantação característica da pequena propriedade, e esse produto tão necessário na mesa do cidadão brasileiro, não pode ter falta de atenção para o seu plantio, principalmente em razão das consequências sócio-econômicas geradas do extermínio dessa pequena categoria de pequeno agricultor.

O Sr. Augustinho Zucchi - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência, mais uma vez, está colocando aqui aquilo que por várias vezes esta Casa discutiu. Eu apenas gostaria de colaborar com o seu pronunciamento com uma informação. E através da Comissão de Agricultura já solicitei que fosse feito esse levantamento da nossa região, região que Vossa Excelência representa e eu também tenho a honra de partilhar essa representação com Vossa Excelência. Em dado extremamente importante e que só vem a confirmar aquilo que Vossa Excelência coloca. Recebi hoje, pela manhã, de 3 imobiliárias do Município de Francisco Beltrão, os dados de propriedades colocadas à venda: 63 propriedades! A maior, com 14 alqueires: 63 propriedades colocadas à venda! Todas de pequenos agricultores. São 63 agricultores nessas 3 imobiliárias que estão prestes a deixar as suas propriedades e com certeza absoluta vão procurar um outro caminho. Quiçá, tomara Deus, não seja o caminho de irem para as cidades procurar uma casa popular para morar, pensando que o emprego para duas ou três pessoas componentes da família possam sustentar a sua família, que lá estava produzindo, e que foram para a cidade por este problema.

Vossa Excelência coloca bem: é o crédito que precisa em época certa. É o preço. Porque não tem como pedir para vários agricultores continuarem produzindo nessa

atual situação. Então gostaria de colocar esse dado para Vossa Excelência apenas para reiterar o que inúmeras vezes temos falado aqui. Daqui uns dias não teremos mais o que falar, porque serão centenas de pequenos produtores que a cada dia deixam as suas pequenas propriedades. Fiquei estarecido e conversava com o Secretário Deni, inclusive, hoje, pela manhã, que também é oriundo da nossa região. Essa preocupação e ele me passava isso também estarecido. É impressionante o número de pequenos produtores que estão colocando à venda as suas pequenas propriedades. Eu vi, ali, 4 alqueires e meio e que essas pessoas não estão conseguindo permanecer na sua propriedade.

Acho necessário que em conjunto tomemos uma posição, nos debrucemos aí e achemos alguma solução para esse problema. Pelo menos fazermos sair daqui um projeto, que saia da Comissão de Agricultura, do Bloco Parlamentar, enfim, de todos os parlamentares algumas alternativas que possam minimizar essa situação. Obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para citar, Deputado Augustinho Zucchi. O pior que todos nós aqui constatamos, é que além de vender a propriedade, o desestímulo à pequena propriedade e à lavoura é tão grande, que em regiões variadas do Paraná, o preço da terra hoje está em oferta a 50% do preço que valia há um ano, dois anos atrás. Isso é um exemplo típico de que além de não produzir, de ter dificuldade no produzir a própria terra que é o patrimônio maior do pequeno agricultor está perdendo o valor real. Então Vossa Excelência me diz que na microrregião de Francisco Beltrão tem 63 propriedades em oferta com 3, 4 alqueires. Veja Vossa Excelência. Seguramente se for constatando o preço, são propriedades que estão variando, hoje, na faixa de 8 mil, 7 mil, 10 mil reais. O cidadão acaba vendendo essa propriedade e não há recursos para comprar no perímetro urbano um lote e uma casa. Esvai-se aquele patrimônio que estava gerando alimento para essa família e essa família de posse de um recurso tão pequeno também não sobrevive na cidade. E não sobrevivendo na cidade acaba sendo marginalizada e se transforma em mais uma família a exigir aplicação de recursos públicos, em maior escala, para que ela possa subsistir na cidade. É escola, é saneamento, é saúde, são todos os contingentes que fazem com que alguém more num lugar urbanizado.

Portanto, acho de profunda reflexão para cada um de nós a contribuição que nós possamos dar neste instante e como eu disse a forma de condução de cada um que não seja ou que seja um grito de um contra o

projeto do Governo Federal ou contra o Ministro da Agricultura ou contra o Governo do Estado. O grito de outro que não seja neste sentido, mas que o grito de todos nós da forma como for conduzido seja um alerta para a situação de agricultura do nosso país. A tendência natural é o homem abandonar o campo. Agora, se as condições forem estas que estamos vivendo certamente o homem abandonará o campo e estará formando nas grandes cidades, vilas, subúrbios, favelas, aonde custará mais recurso público do que mantê-los na terra vivendo com dignidade.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento) - Deputado

Caíto Quintana, quero me somar ao seu pronunciamento levantando algumas questões. Acredito que a agricultura precisa ser vista como realmente uma indústria de céu aberto, que gera milhares e milhões de empregos no país, onde algumas palavras, precisa se quebrar o tabu, por exemplo o que segura realmente o agricultor no campo é a palavra lucro. Toda atividade, qualquer empresário, ele se mantém na sua atividade se tiver lucro. Agora no Brasil ficou proibido falar em lucro. Uma outra palavra que o mundo inteiro, todos os países, inclusive os países de primeiro mundo, os países que têm suas economias abertas, utilizam na agricultura uma palavra chamada subsídio. Então, no Brasil quando se fala em lucro, quando o agricultor ganha dinheiro, a própria imprensa joga como se fosse um crime. No momento que o agricultor compra um trator novo, a colheitadeira nova, ou compra aquela caminhonete, que eu acho que é um direito dele, ele trabalhou, ele produziu para a Nação, e se ele teve lucratividade foi em cima do seu trabalho, isto é colocado como um crime.

E a questão do subsídio nós não podemos querer que o agricultor brasileiro continue trabalhando, continue produzindo, sem que ele tenha subsídio. Todos os países do mundo têm subsídios. Quando o Ministro da Agricultura aqui esteve, eu infelizmente fui um dos últimos a ser inscrito e até foi um pedido do próprio Ministro que nós não fizéssemos o nosso aparte naquela dia porque ele tinha problema de horário, mas quando falávamos em preço mínimo.

Então acredito que nós precisamos achar algumas soluções. Por isso que é importante que se debata este assunto. Falava que não poderia o Governo estipular um preço mínimo onde ele se tornaria o único comprador de toda a produção nacional. Mas em contrapartida, em plena safra nós tínhamos importação de produtos agrícolas. Ora, uma saída pode ser aparentemente sim-

plista, mas que resolveria o problema, seria que o preço mínimo fosse estipulado pelo preço da mercadoria importada. Por exemplo, se o milho hoje, o preço mínimo é 6,30 e o Governo realmente não pode comprar ou seria o único comprador e se nós estamos importando o milho a 4,50, 4,80, que o preço mínimo fosse 4,80, porque eu acho que produto barato é produto produzido no país e não produto importado.

Então, são algumas medidas que realmente o Governo tem que adotar e como medida de longo prazo para que nós tenhamos realmente uma política agrícola.

Em alguns assuntos, na questão da reforma agrária, por exemplo, nós vivemos hoje no país um grande impasse. Algumas regiões do Paraná, principalmente a região centro-oeste do Paraná, nós temos grandes áreas de capoeira que perante o INCRA essas áreas são consideradas áreas improdutivas, mas perante o IAP, o ITCF, os proprietários não podem derrubar essas capoeiras.

Então o proprietário fica num impasse, se ele deixa a capoeira o INCRA considera essa propriedade improdutiva sujeita a desapropriação. Se ele derruba ele é autuado, multado, inclusive, processado porque está prejudicando o meio ambiente.

Então, são muitas coisas que precisam ser discutidas e acho que este assunto devemos inclusive fazer um fórum de debates específico da questão agrícola, inclusive com a participação da Bancada Federal que tem poder de decisão na questão agrícola para que nós possamos desenvolver algumas idéias no setor agrícola do País.

O SR. RENY BORSATTO - Quero apoiar a sua preocupação com os pequenos produtores, inclusive no Norte Pioneiro tem Associação dos Moranguinhos que foi S. Exa. que na época incentivou o plantio do moranguinho no Norte Pioneiro. Faz mais de noventa dias que estamos brigando junto ao BANESTADO para o financiamento para os pequenos produtores de moranguinho no Norte Pioneiro. Portanto, nesses noventa dias, nos vinte dias atrás liberaram uma verba e nós, Deputados lá do Norte Pioneiro, fomos nas reuniões e prometemos a eles que a verba iria sair, seria liberada; logo após dois dias a verba foi cancelada. E estes produtores não estão conseguindo comprar a madeira para fazer a caixa para ser colhido o moranguinho. Portanto essa preocupação com os pequenos e médios produtores é muito grave. Se nós, Deputados, não agirmos, não batermos pesado em cima disso aí o projeto do moranguinho do Norte Pioneiro será um dos projetos que vai água abaixo e vai acabar com o "Projeto Moranguinho", porque até agora não teve um auxílio do Governo do Estado. Portanto, me somo a sua

preocupação com os pequenos e médios produtores.

O SR. Luiz Carlos Alborghetti- Deputado Caíto, vi o aparte do Deputado Cezar sobre o subsídio. Acho interessante esse País. Eu, que tenho costume de dialogar sempre com V. Exa., acho que V. Exa. vai me dar razão. No Governo Alvaro Dias a praça lotou, eram milhares de agricultores, no Governo Richa também foi a mesma coisa, no Governo Requião a mesma coisa, e no Governo Jaime Lerner vai ser a mesma coisa. No Governo Alvaro houve a passeata dos professores, no Governo Requião não houve porque não havia liderança dos professores no Paraná porque o Requião calou a boca de todo mundo. E agora no Governo Lerner também houve um encontro dos professores. Então, nada muda, passam-se anos e anos. Tenho certeza que os grandes produtores do meu Estado não vão estar aqui hoje na frente do Palácio porque têm financiamento fácil, tudo fácil. Agora, o pequeno e o médio produtor, como disse o Deputado Cezar Silvestri, prestei atenção e gravei até a vírgula que ele disse aqui, está certo Deputado Caíto, porque lembro uma vez, não sei se o Deputado Cezar lembra, o Collor foi à televisão e disse. "Carro brasileiro é uma carroça". De repente abriu as importações aí a Volkswagen começou a melhorar o Santana, a FIAT começou a melhorar o Tempa, a General Motors começou a melhorar o Omega, começaram a melhorar as camionetes, porque houve então a importação, a competição. Agora, eu só não entendo uma coisa, quando se fala em subsídios, em preços mínimos, o Deputado Cezar falou que se compra o milho a quatro e sessenta, vindo nos navios e descarregando no Porto de Paranaguá, com frete e tudo. E aqui o produtor de milho, as vezes faz passeata e queima o milho em praça pública, porque não tem uma política, um subsídio para a política. Eu não entendo Deputado Caíto, o Brasil vai ser o celeiro do mundo. Os Estados Unidos, olha o Estado do Paraná hoje representa a Califórnia, lá se planta soja, se produz... mas o Brasil vai ser o celeiro do mundo, e ninguém nos respeita por isso! Todo mundo fala que esse País é de 3º mundo, que é uma desgraça. O Sr. falou agora pouco aí no "Panela Cheia", que achei a melhor coisa que o Governador Roberto Requião fez na sua administração. Mas eu também não posso deixar de registrar aqui as Vilas Rurais que o Governador Jaime Lerner começou a fazer no Estado do Paraná. Porque eu sou da seguinte opinião, aonde entra o pé do boi sai o pé do homem. Não adianta financiarmos o boi! Não adianta só falarmos da pecuária, com todo o

respeito aos pecuaristas que temos aqui, se houver algum, mas aonde entrar o pé do boi...veja a região de Paranavaí, veja só o asfalto daqui a Paranavaí é uma desgraça, deixa a gente triste, olha para um lado é boi, olha do outro lado é só boi, você não vê um pé de soja, você não vê cana, você não vê uma alma viva! Só a mendicância, o bôia-fria, vá em Bela Vista, em Santa Margarida, nunca vi um flagelo como aquele!

Por isso concordo com o Deputado Cezar e concordo com Vossa Excelência Deus lhe deu esta inspiração, sou fã do Sr. e aprendi muito com o Sr., porque vim para cá para aprender, aprendi com o Cezar hoje, vamos aprendendo. Estou aqui só num desabafo, quero parabenizar o Sr., o Panela Cheia foi um grande programa, as Vilas Rurais são um grande programa, mas nós somos apenas Deputados Estaduais, não somos Federais. Isso aí é responsabilidade dos homens que estão lá em cima, se eles tiverem vergonha na cara eles mudam este País, se não tiverem vergonha na cara nós temos que mudar no voto ou na bala!

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço seu aparte, que sempre enriquece, e só lhe diria uma coisa, Deputado Alborghetti, tenha certeza com a falta de financiamentos disponíveis para a Agricultura, que indiscutivelmente foi, é, e será a grande riqueza do Brasil, os próprios produtores, médios e grandes, pela impossibilidade de reformar seu parque de máquinas, pela impossibilidade de ter uma melhoria de produção, vai acabar chegando o dia em que ele planta a última safra de trigo ou de milho e já põe a semente de azevém ou de gramínea qualquer, e na próxima produção, lamentavelmente, ele vai colocar boi em cima de onde era uma área de produção...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - O que o Sr. está falando aí saiu no Globo Rural. Porque se a Globo tem um programa inteligente é o Globo Rural. E estes dias vi um programa no Globo Rural, de manhã, aos domingos, quem não assiste que vá assistir, se aprende muita coisa sobre o que é o Brasil, o que é a pecuária o que é a Agricultura. Tinha um agricultor lá falando que ele tinha que vender tudo, porque tudo que ele produziu não dava para pagar o Banco do Brasil. Brincadeira...

O SR. CAÍTO QUINTANA - É verdade. Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - ... nobre Deputado, ouvindo o seu pronunciamento, os apartes, tendo conhecimento da si-

tuação agrícola do País, da maneira como está sendo conduzida a política agrícola brasileira, nos preocupa muito, mas no dia de ontem eu li no Jornal do Estado de São Paulo uma colocação das lideranças dos pequenos produtores que fizeram certas críticas à Bancada Ruralista, colocando que ela não tinha condições e autorização para negociar por eles, pequenos produtores e os pequenos produtores estiveram reunidos sem participação de representantes que exerçam um mandato político.

Estiveram junto com o Presidente da República nessa semana que passou e aí levaram suas reivindicações.

Nessas reivindicações eles pedem a equivalência produto e também pedem o juro para os seus financiamentos de no máximo 6% e aonde o Presidente da República reofertou aqueles 16% que a Bancada Ruralista havia pedido e negociado e as lideranças desses pequenos produtores não aceitaram essa posição e o Presidente diminuiu para 12%.

Enfim as lideranças não abriram mão também e as negociações continuam abertas e eles estão conversando e vão continuar negociando no decorrer dessa semana.

Espero que o Presidente da República com a liderança desses pequenos produtores cheguem a um consenso, cheguem em um número que fique bom para os pequenos produtores e façam essa tão esperada política agrícola que este País está tanto tempo a espera, o que temos são planos para certos períodos de plantio, de produção, agora um plano de plantio realmente não temos. Em cima do que eu li, acredito que vai se achar uma solução, vai se achar um ponto de coerência para que o pequeno produtor tenha a sua garantia, tenha o seu incentivo para que possa produzir e ter uma margem de lucro para que possa continuar morando no campo, porque senão vai acontecer o que vemos, o pequeno produtor tenta produzir, não alcança uma boa produtividade, porque não tem tecnologia, não tem condições de comprar essa tecnologia, e no decorrer do tempo vem tendo prejuízos em cima de prejuízos, porque o dinheiro é muito caro e acaba se desfazendo do seu negócio, soltando o ramo que ele aprendeu desde quando nasceu, vindo para a cidade para servir de ajudante de pedreiro, morando em favela e tendo uma sub-vida.

Então espero que o resultado dessa negociação fique a contento para que os pequenos produtores possam continuar produzindo e tendo os lucros dentro do território brasileiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o seu aparte e concedo aparte do Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Walmor Trentini - Quero me somar a V.Exa. neste pronunciamento porque esses movimentos estão acontecendo em todo o Estado do Paraná e ainda no dia 03, sábado passado, estive na distante Querência do Norte, a 150 Kms da minha querida Paranaíba, citada pelo nosso companheiro Deputado Alborghetti. Lá nós temos em torno de 1.400 produtores de algodão na mesma situação de falência, na mesma situação em que se encontram os demais agricultores de todos os setores agrícolas, com seus maquinários penhorados no banco, suas propriedades insuficientes para pagar as dívidas e encaminhando uma pauta de reivindicações de 16 itens, dos quais renegociação de dívida, uma carência para que possam refazer a sua produção e quem sabe com o lucro dessa produção pagar os prejuízos que eles já contabilizaram e com certeza irreversíveis, pelo que nós já ouvimos aqui do Ministro da Agricultura. Alguém vai pagar essa conta e com certeza haverá uma falência de boa parte da agricultura do Paraná e do Brasil, porque nesses planos econômicos sempre sobra para alguém e com certeza vai sobrar agora para os agricultores.

Mas gostaria de dizer também de Paranaíba que é a terra do boi, mas nós estamos, como há dias atrás eu trouxe aqui exemplares de laranja, implantando a citricultura, a fruticultura no Nordeste do Paraná, também temos o maior parque industrial de farinha de mandioca do Brasil, instalada em Paranaíba e no que diz respeito ao Governo Jaime Lerner, estamos com bastante esperança de ver a sua proposta de apoio ao pequeno agricultor e a implantação das vilas rurais. A penhora e a execução de agricultores, o Governador Jaime Lerner e o Presidente do BANESTADO já disseram que no que se refere ao Paraná e ao Banco do Estado do Paraná, isso não vai acontecer e quero fazer de público aqui, a minha manifestação de apoio ao BANESTADO, porque trouxe ao BANESTADO a preocupação do setor de farinha de mandioca que está também igualmente falido e o BANESTADO equacionou a questão das dívidas, prorrogando, dando uma carência de 6 meses e parcelando em 24 meses. Momentaneamente o setor de farinha de mandioca está atendido.

Então, a preocupação é essa de que um plano global, uma nova política agrícola do Governo Federal é necessária e urgente sob pena de nós falirmos a nossa agricultura e também o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CAITO QUINTANA - Agradeço o aparte e, para encerrar, apenas duas coisas - Deputado Silvestri - subsídio, defendendo

a tese de que ele seja subsidiado na compra da produção e não no financiamento, para evitar o desvio de recurso do financiamento. Se nós tivermos subsídios na compra da produção, todo agricultor vai querer produzir mais, porque ele terá mais subsídio. Em segundo lugar, para análise de todos nós, quando lemos as estatísticas de pobreza absoluta, no Paraná e no Brasil, não percamos de vista uma coisa, os índices que compõem a pobreza absoluta, citados pelos jornais, consta: os sub-empregados, aqueles que detêm menos de salário mínimo e também um cálculo "per capita" na pequena propriedade, que se somam na estatística nacional, aqueles que vivem em pobreza absoluta e lamentavelmente, a esse pequeno agricultor, nada se faz para tirá-lo da pobreza absoluta.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado aos partidos que nos cederam o horário.

Encerramos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Registro a presença do Prefeito Gilmar Cardoso, e Vereador Natalício Saraiva dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Brevemente faço um relato do movimento que começa a acontecer nessa segunda-feira, por parte das lideranças ligadas ao setor rural, aos pequenos produtores, da FETAEP, do Movimento dos Sem Terra e outros tantos sindicatos e associações ligados à questão da luta pela política agrícola diferenciada, pela política agrícola aos pequenos agricultores.

Esse movimento acontece nesse momento; pela manhã já houve uma concentração em Rondinha.

Vieram até em frente ao Palácio do Governo, onde foram recebidos pelo Governador Jaime Lerner que se manifestou no total interesse do governo receber as lideranças desses agricultores, para discutir as suas reivindicações, as suas intenções com esse movimento chamado "Grito da Terra Brasil", que é um movimento que acontece simultaneamente em todo o nosso território nacional, com a intenção de que realmente nós tenhamos os olhos do Governo voltados para a fixação do homem no campo, para uma política agrícola duradoura, para a permanência do emprego rural, enfim, das questões ligadas à produção e avança na questão da terra, a reforma agrária que é

defendida por setores das mais variadas situações do campo, da direita e da esquerda, mas que no entanto, tem uma envergadura, uma aposta política diferenciada na vontade de implementar uma reforma agrária.

Então, com intenção daqueles pequenos agricultores que porventura se tornarão sem terra e daqueles que estão sem a terra e querem, de fato, não ter a propriedade somente da terra, porque a propriedade é consequência da sua capacidade de produzir e tirar o sustento dessa lavoura. A relação que se dá é produzir para o Brasil, produzir para a família e valorizar a mão-de-obra e ter emprego no campo.

Com isso queremos convidar os Srs. Parlamentares que a partir de amanhã começa um debate entre os setores organizados no "Grito pela Terra - Brasil"! Este Movimento "Grito pela Terra - Brasil", o Governo do Estado, suas Secretarias e também eles virão e conversarão com cada um dos Deputados e por isso estamos pedindo que os Srs. dêem atenção a esse movimento. Vamos, quem sabe, formar uma comissão para acompanhar e intermediar. Já que nós sabemos que nesta Assembléia nós temos uma Bancada razoável daqueles que apostam e que apóiam o movimento ligado à permanência do homem no campo.

Uma pergunta importante que fica no ar, é: quanto vale um investimento para a procura, crescimento de emprego na cidade e quanto gerará o mesmo investimento, no campo, para a geração de mais empregos? Quanto custa investir, realmente, no processo de reforma agrária, quanto custa para habilitarmos o INCRA de fazer um processo rápido? Isso custa muito pouco. Então vamos voltar a atenção para o "Grito da Terra". É a busca, o desafoço, o desafoço do pequeno agricultor, do pequeno produtor do Movimento Sem Terra, do Movimento Sindical, das associações dos pequenos agricultores.

Neste momento eles se encontram acampados aqui em frente ao Palácio Iguaçu. O Movimento é totalmente pacífico, com a intenção apenas de levar o alerta. Não é contra ninguém, é contra a estrutura geral que o Brasil está impondo ao pequeno agricultor. Não é contra o Governo do Estado. Mas eles querem, sobretudo, que os Deputados e o Poder Executivo se mostrem solidários com ações concretas. Eles apresentarão uma pauta e querem que o Governo do Estado com ações concretas digam o que vão fazer pelo pequeno agricultor.

Não é só apoio político da boca para fora, queremos apoio com ações e fatos do Governo. Tanto para pressionar o Governo Federal, como, minimamente, naquelas ações que pode desenvolver o Governo aqui no Estado do Paraná através da Secretaria da

Agricultura e outras secretarias que dão suporte à questão do homem no campo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto no Horário do PSC.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos aproveitar o Horário das Lideranças do PSC para pedir, nesta Casa - nesta tarde, tratar de um assunto que está mexendo, principalmente, com a Cidade de Ponta Grossa e diria até de todos os campos gerais. Algumas denúncias que estão sendo formuladas e estão sendo levantadas porque se referem ao DETRAN e à CIRETRAN lá em Ponta Grossa.

Nós, na condição de repórter e na condição de repórter investigador, voltando às origens dos bons tempos do rádio, conseguimos levantar alguns fatos e queremos, nesta tarde, em nome da verdade, em nome da decência deste Estado do Paraná, queremos sugerir hoje, ao DETRAN do Paraná, a abertura de um inquérito administrativo que deve ser feito, imediatamente, na Regional do DETRAN e na CIRETRAN em Ponta Grossa.

Acontece que fatos estranhos estão acontecendo e nós estamos juntando documentos, porque nós sempre quando fizemos alguma denúncia não fizemos a denúncia da boca para fora, nós temos documentos que comprovam tais denúncias. Para se ter uma idéia na semana que passou agora nada mais nada menos do que quatro caminhões estavam sendo esquentados em Ponta Grossa justamente por um funcionário do DETRAN que foi até o Cartório e lá estava conseguindo reconhecer a firma e com isto estes quatro veículos, caminhões de Dourados, do Mato Grosso que deveriam estar no pátio da CIRETRAN, seriam esquentados pelo próprio funcionário que mandou a sua mulher ir até o cartório. Só que o cartorário, uma pessoa honesta, sincera, não aceitou e mandou verificar de onde vinham aqueles documentos e os Senhores vão ficar até apavorados, mas os documentos foram feitos dia 22 de maio, numa pequena cidade do interior do Paraná, e por incrível que pareça se descobriu através desse tabelião que o cartorário que assinou o documento dia 22 tinha morrido há um ano atrás. Quer dizer, isto é brincadeira.

Alguma coisa está acontecendo e tem um velho ditado que diz: aonde há fumaça há fogo e nós precisamos que o DETRAN do Paraná, na condição de Deputado, queremos sugerir ao DETRAN, porque senão daqui a pouco outros fatos vão acontecer e vamos passar como se fôssemos coniventes com es-

ta situação.

E aqui quero até, estou sabendo que foram cassados alguns despachantes e que outros que até cometeram até crimes maiores, não foram cassados.

Então, gostaria de saber por que é que está se fazendo, qual o motivo, acho que é um compromisso em nome da decência, da responsabilidade no CIRETRAN e também em Ponta Grossa, que se tenha, na verdade a responsabilidade final: carimbos adulterados, documentos trocados, carros esquentados.

Acho que Ponta Grossa não merece isto. Temos que ter um pouco mais de responsabilidade.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado, escuto o seu pronunciamento e tenho que me manifestar porque eu como representante de Ponta Grossa, o Senhor, o Deputado Zuk, eu indiquei um membro para fazer parte desse DETRAN. Indiquei o chefe do CIRETRAN, mas quero deixar bem frisado que durante o período em que houveram essas irregularidades, o representante do qual indiquei, indiquei primeiro um representante que assumiu, ficou um mês e meio ocupando o cargo. Daí ele pediu a conta, foi cuidar da vida dele, achou que aquilo não era para ele e durante esse período que ficou vaga, o chefe do CIRETRAN de Ponta Grossa, é que ocorreu esse problema que o Senhor faz a denúncia hoje.

Então, quero deixar bem claro que no período que houveram esses problemas o representante do qual tenho direito a indicar para o cargo do CIRETRAN, não estava ocupando o cargo. Então deixar bem frisado para que isto não venha a atingir a mim e ao meu indicado do qual eu coloquei, que hoje depois disto, depois deste período, eu indiquei outra pessoa que vem desempenhando hoje um bom trabalho dentro do CIRETRAN de Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Plauto, e o que nos deixa preocupado é que esse funcionário do DETRAN, esse funcionário que está envolvido nessas denúncias, este funcionário de nome Ney, é um funcionário inclusive que já tem inquérito no DETRAN contra ele, e ele estava no Departamento de Habilitação de Veículos, estava lá no Departamento de Habilitação e de repente ele foi conduzido a um departamento que ele já havia saído, voltou ao Departamento de Veículos e foi indicado e o que a gente lamenta é de que este caso, este funcionário que já tem antecedente esteja num local aonde agora venha a estourar este problema envolvendo esses caminhões.

Estou recebendo mais documentações, nos próximos dias trarei a esta Casa documentos também envolvendo esse caso do CIRETRAN. Para encerrar, Senhor Presidente, eu gostaria de sugerir que o DETRAN do Paraná fizesse uma fiscalização, um inquérito para apurar o que de fato está acontecendo na CIRETRAN, do DETRAN em Ponta Grossa.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só quero registrar nos Anais da Assembléia de hoje a presença do Presidente da Câmara de Quedas do Iguaçu Marcus Geraldi, e do Vereador ... de Espigão Alto do Iguaçu, acompanhados pelo jornalista Carlos Lins. los Lins.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quitana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados, para compor a suplência da CPI dos Bingos. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 037/95, subscrito pelo Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando seja aberto espaço na Sessão do dia 07 do corrente mês, para pronunciamento de Lideranças do Movimento dos Sem-Terras do Estado do Paraná. - **Aprovado.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de Apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. Devidamente apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/95, de autoria do Deputado Aníbal Khury que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Imóveis Residências do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas para justificativa de voto, Senhor Presidente.

Eu mesmo estive falando com Vossa Excelência e lamentavelmente esse projeto está em 2ª votação com discussão encerrada; não cabe emenda.

Tenho a minha preocupação com respeito por exemplo a residência em todo o Estado do Paraná da colocação desse dispositivo. E tenho justificadas razões para dizer, Sr. Presidente, por exemplo o artigo 11 do projeto, diz que o Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar é órgão responsável pela fiscalização do cumprimento dessa lei.

Ora, como estamos exigindo para o Estado do Paraná inteiro, em residências? 95% dos municípios do Estado do Paraná não têm Corpo de Bombeiros, portanto não haverá fiscalização. E a minha preocupação é a seguinte.

Como nós chamamos na lei a responsabilidade ao Corpo de Bombeiros, se eventualmente explodir por exemplo um butijão de gás num prédio, num apartamento e causar prejuízos a terceiros, destruindo, danificando o outro apartamento, ou se explodir numa casa e destruir a casa do lado e essa casa onde explodiu não estiver em ordem, e não tiver a vistoria do corpo de bombeiros? Evidentemente haverá uma ação do terceiro prejudicando para com o Estado, que é o responsável pela fiscalização.

Portanto, chamo à atenção do assunto,

embora vote favorável, para que a gente estude emendas nesse projeto, resguardando esse risco que se corre.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Essa Presidência tem autoria do Projeto e vai sugerir ao Governo do Estado que, na regulamentação, imponha as condições necessárias para que não aconteça o que Vossa Excelência está alertando.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gema, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranacity, com sede e foro no município do mesmo nome. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa requerimentos nºs 1471, 1492, 1544 e 1545, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1473 a 1542, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1466, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1467, 1468 e 1528 a 1530, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1469, 1479 e 1555, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1478, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, com apoio do Sr. Deputado Aníbal Khury

constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1479 e 1481, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1483 e 1484, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1493 a 1506 e 1511, 1516 a 1525, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1508, de autoria do Sr. Deputado César Seleme e Elío Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1509, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1512 a 1514, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1515, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1526, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1531, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. WALMOR TRENTINI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, apresentei esse requerimento no dia de hoje, porque comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Este requerimento pede que seja encaminhado a um Deputado Federal do Paraná, Max Rosenmann, que apresente na Câmara Federal um projeto de lei que altere a Lei 4.771, que é o Código Florestal Brasileiro, para poder incluir ali a obrigatoriedade de reflorestamento das áreas do nosso Noroeste do Paraná que não contém os 20%. Que ali possam ser utilizadas árvores frutíferas como a laranja, o abacate, a manga e até a seringueira que está se plantando no Noroeste do Paraná.

Porque coincidindo, neste Dia Mundial do Meio Ambiente a imprensa do Paraná concedeu um espaço bastante grande, e gostaria de fazer aqui a leitura de um trecho publicado na Folha de Londrina de hoje sobre o desmatamento:-

"VERGONHA, O PARANÁ ESTÁ NU".

E aquilo que se refere ao Noroeste do Paraná diz o seguinte, pergunta feita ao geólogo Riad Salamuni: (LÊ)

"Folha - Existe alguma região no Paraná que pode se transformar num deserto?"

Riad - A região do Caiuá (Noroeste do Estado) foi toda desmatada. O que aconteceu por lá foi uma das erosões mais aceleradas de que nós temos notícia no Brasil - veja bem - no Brasil. Foi tudo erodido, o homem modificou inclusive a face, a geomorfologia de toda aquela área, a morfologia, porque surgiram novos vales com as voçorocas. Surgiram problemas, por exemplo, de falta de fertilidade do solo porque tudo foi lixiviado, acabou lixiviado em função da própria formação geológica que ninguém cuidou de estudar antes de desmatar tão desenfreadamente. Eu pergunto: o que essa região produz hoje a não ser pecuária? É tudo pecuária, não produz praticamente nada. O que se gasta para combater essa erosão não compensa. Nós gastamos fortunas. Quanto é que nós gastamos para combater a erosão, principalmente a erosão urbana e rural no Noroeste do Paraná? Esse combate não apresenta muito resultado prático, já que a erosão continua. Os sedimentos, os solos, continuam sendo desgastados, os rios estão permanentemente carregados de sedimentos. Definitivamente não compensa. Um dia eu disse: olha, se abandonarem aquela região para que a própria natureza a refaça, acho que o homem estará fazendo um grande benefício para si mesmo. A floresta vai se refazer ali. E tal vez aí nossos netos e bisnetos ainda digam: que bom que eles fizeram isso, porque pelo menos nós podemos usufruir da floresta, porque se aquilo continuar como está, dentro de uns 15, 20 anos vai ser, vamos dizer assim, um mapa do inferno de tanta voçoroca, de tanta erosão, o solo se tornará totalmente impréstável."

Então Sr. Presidente, a gente pede que o governo Federal possa rever essa legislação, possa fazer com que a nossa região Noroeste não desapareça e não se transforme num inferno e que o reflorestamento possa ser visto com árvores frutíferas que aí nós estaremos fazendo esse reflorestamento e também produzindo ainda mais na nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está **Aprovado o Requerimento.**

A Mesa anuncia a presença do Dr. Henrique Naighboren, indicado por esta Comissão Executiva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Requerimento n.º 1534, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1535 e 1536, de au-

toria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1549 e 1559, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1550, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1552, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1556 e 1557, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 no Regimento Interno.

Requerimento n.º 1558, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1416, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1432 e 1433, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão especial, para terça-feira, dia 06 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n.º 006/95, de autoria da Comissão Executiva, indicando o nome do Dr.

Henrique Naigeboren, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Marca ainda, uma Sessão Solene, para terça-feira, dia 06 de junho, às dezessete horas, para outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Horácio Klabin.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
13.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações presidida pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n.º 124/95 de autoria do Deputado César Seleme. Relator: Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL. Projeto de Lei n.º 018/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL. Projeto de Lei n.º 033/95 de autoria do Deputado Caio Quintana. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL. Projeto de Lei n.º 143/95 de autoria do Poder Executivo-Mensagem n.º 019/95. Relator: Deputado Péricles H. de Mello. Parecer FAVORÁVEL. Projeto de Lei n.º 125/95, de autoria do Deputado César Seleme. Relator: Deputado Péricles H. de Mello. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais tendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandra Zampier, Secretária da Comissão.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
SANDRA ZAMPIER - Secretária